

PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES

O listão completo dos policiais e militares acusados

A denúncia foi feita dois dias antes do episódio em que apareceu morto o jornalista Wladimir Herzog, detido no II Exército, em São Paulo, em outubro de 1975. Entretanto, nenhum jornal do país ousou até hoje publicá-la. 35 presos políticos escreveram um documento minucioso, relataram mais de vinte métodos diferentes de tortura aplicados neles próprios, e deram nomes aos bois, ao acusar 233 policiais e militares como torturadores. Entre os enumerados no listão, alguns são figuras muito conhecidas: o delegado Sérgio Fleury, o general Antonio Bandeira, os delegados mineiros David Hazan e Tacir Menezes Sia, o deputado federal arenista Ivahyr de Freitas Garcia, entre outros. No documento, que tem cerca de 1500 linhas, os presos políticos garantem: "Assumimos conscientemente, com mais esta atitude, nossas responsabilidades frente à situação imperante no Brasil, causa de tanta desgraça e tanto luto para as famílias brasileiras. Estamos dispostos a testemunhar perante qualquer comissão ou tribunal idôneos, tudo quanto relatamos". Nesta edição, EM TEMPO publica pela primeira vez no Brasil o listão dos 233 acusados. (Págs. 6 e 7)

Os metalúrgicos vão às urnas



"As comissões de fábrica é que dão vida ao movimento sindical", afirma o torneiro Anizio Batista Oliveira, presidente da Chapa 3 que disputa esta semana as eleições para a diretoria do maior sindicato de trabalhadores da América do Sul, o Metalúrgico de São Paulo. Animado pelas greves paulistas, Anizio fala sobre as perspectivas da Oposição Sindical em derrotar o notório pelego Joaquim dos Santos Andrade, cabeça da Chapa 1, de situação, há treze anos presidente da entidade. A liberdade sindical, a convocação de uma Assembléia Constituinte, a formação de um partido dos trabalhadores são alguns dos temas de sua entrevista, na pág. 3.

De nada adianta o blá-blá-blá!



O blá-blá-blá seriam os discursos demagógicos, onde as palavras entram sem compromisso; segundo o candidato a senador por São Paulo - Fernando Henrique Cardoso. Mas as campanhas para 15 de novembro já começaram e surgem propostas na praça. Que propostas? Ao leitor/eleitor cabe julgar. Entrevistas com os candidatos Fernando Henrique, Alcides Saldanha (suplente de senador - RS) e Edgard Amorim (deputado federal - MG), todos do MDB - Págs. 4/5.



Médicos também entram na briga

Eles trabalham até 100 horas por semana. Nos plantões, atravessam 36 horas seguidas sem parar. Uns recebem Cr\$ 3 mil por mês em média, outros trabalham para "ganhar experiência". São os médicos residentes, que estão em greve em vários Estados. Em São Paulo 500 deles fizeram uma concentração (foto) para denunciar a exploração que sofrem. Saúde: Pág. 8.

"Libertação na ponta do fuzil"

A experiência de Zimbabwe, ex-Rodésia. Pág. 9

Hei de vencer, mesmo sendo professor!

Bahia

Depois de quase 10 anos, sem que se registrasse um movimento significativo, os professores contratados do 1º e 2º graus da rede oficial do ensino da Bahia, decretaram uma greve geral no último dia 16, reivindicando do Governo do Estado, equiparação salarial e melhores condições de trabalho.

Sob a direção da Associação dos Professores Licenciados da Bahia, o movimento grevista surgiu de um trabalho de base realizado por um grupo de professores mais combativos e já conta com a adesão de 5 mil dos 16 mil contratados pelo estado, que já paralisaram dezenas de colégios da capital e do interior.

A greve dos professores é justificada pela exploração a que estão submetidos, que os obriga a trabalhar até 18 horas diárias em troca de um salário de Cr\$ 14,00 por hora aula pagas aos que ensinam no 1º grau e Cr\$ 19,00 aos do 2º grau. Nesse sentido a reivindicação básica é simplesmente a equiparação salarial com os professores efetivos que recebem atualmente em torno de Cr\$ 52,00 por hora aula.

Defrontando-se com a posição intransigente do Governador Roberto Santos, que afirmou aos jornais locais que "não negocia sob pressão" e prometeu represálias a todos aqueles que não retornassem às aulas, a greve já começou com algumas dificuldades, seja pelo período de férias que se

aproxima (e esse é um dos triunfos que o Governador pretende aproveitar para esvaziar o movimento). Seja por intromissões externas como a do Deputado Arquimedes Pedreira Franco.

O Deputado, que tem feito da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, da qual é presidente, um seguro trampolim para os sucessivos mandatos que tem assumido, achou-se no direito, de na última assembleia, propor a suspensão da greve, apresentando como alternativa sua mediação junto ao Governador Roberto Santos.

A essa proposta seguiu-se uma vaia e diversos professores fizeram uso da palavra, combatendo a posição defendida pelo parlamentar, procurando mostrar que na verdade ela não tinha outro objetivo se não o de desmobilizar a categoria.

Dispostos a prosseguir com o movimento, os professores baianos aos poucos vão retomando sua tradição de luta. E segundo avaliação que fazem, esse é um momento histórico, pois depois de muito tempo volta-se a discutir os problemas comuns, que não estão apenas restritos a luta salarial, mas nas próprias necessidades de exercer a atividade intelectual de professor livremente, com condições materiais nas escolas que permitam ao aluno assimilar o que é ensinado.

Otto Filgueiras

Rio de Janeiro

Em julho próximo os professores do Rio tentarão destruir a atual diretoria de seu sindicato, há nove anos no poder. O programa da chapa de oposição "Unidade e Renovação" pede: "liberdade e autonomia sindical; direito de greve; fim do arrocho salarial e melhores condições de trabalho e remuneração".

O Sindicato dos Professores há quinze anos não tem chapa de oposição. Como todos os outros também foi atingido pela maré repressiva de pós-64, que, aliada a legislação vigente, afastou a classe de seu órgão de representação: as últimas assembleias para instauração do dissídio salarial contavam com menos de 60 presentes, para uma classe de 12 mil professores.

O afastamento do sindicato de sua função reivindicativa e política teve reflexos imediatos nos níveis salariais; hoje o piso da hora-aula é de Cr\$ 17,84 e assim mesmo não é respeitado em muitas escolas. As escolas, sem a vigilância da classe através de sua entidade, se vêem livres para aumentar a exploração dos professores.

Professor que se reúne é despedido; professor sindi-

calizado, muitas vezes, não consegue emprego, os contratos quando existem, não dão direitos a férias e muito menos às outras garantias trabalhistas, FGTS, aviso prévio etc. E o Sindicato, ciente de todos esses problemas, pouco se move.

A Chapa Unidade e Renovação se propõe a combater essa situação através da iniciativa a mobilização dos professores em seus locais de trabalho. "Pretendemos ir aos professores, ir as escolas, para reconquistar a confiança dos professores no Sindicato", diz o professor José Monrevis, candidato a Presidente da Oposição e atual Vice-Presidente do Sindicato.

Francílio Leme, integrante da Chapa, acrescenta que a Chapa só atingirá seus objetivos na medida que conseguir o apoio e a mobilização da classe. "E isso está ligado intrinsecamente do avanço das lutas pelas liberdades democráticas". As eleições foram marcadas em mais uma manobra, pela atual diretoria, que concorre a reeleição para os dias 23 e 27 de julho, período de férias, quando a classe está desmobilizada.

Ricardo Lessa

São Paulo

A chapa de oposição ao Sindicato dos Professores de Campinas, São Paulo, perdeu as eleições, no fim da semana passada, por 130 votos a 100. Com um programa que destacava a luta por melhores condições de vida e trabalho, por um sindicato livre e representativo e pela união dos professores, a oposição quebrou uma série de dezessete anos seguidos em que a mesma diretoria do sindicato concorria sózina.

As dificuldades impostas à sindicalização e a ingenuidade em eleições sindicais foram apontadas pelos membros da oposição, em reunião de balanço feita em seguida, com as causas principais da derrota.

"De qualquer modo a campanha despertou os professores para a existência do

sindicato, levando 95% dos eleitores a votar", disse Augusto Petta, da oposição.

O movimento de oposição pensa, agora, em conservar o espaço político ganho durante as eleições, contando com a adesão de professores de todas as escolas da cidade. Entre os planos de continuidade da luta estão: uma campanha para sindicalização maciça e a edição de um jornal mensal que trataria dos problemas dos professores e de temas pedagógicos.

Assim, os professores ainda vão aguentar a atual direção do sindicato por mais três anos embora só existam quatrocentos sindicalizados, entre cinco mil professores da região e atual composição do sindicato seja muito pouco representativa.

João Roberto

GERAIS

Censura quase para o Jornal da Bahia

Cerca de 80 jornalistas do Jornal da Bahia, um dos matutinos de maior tiragem de Salvador, paralisaram as suas atividades por quase onze horas na última quinta-feira, em protesto à demissão do editor-chefe do jornal, Geraldo Lemos. Os quinze editores, sub-editores e secretários colocaram seus cargos à disposição da diretoria da empresa, exigindo de imediato o retorno do editor-chefe.

Geraldo Lemos, um dos fundadores do Jornal da Bahia, há vinte anos, foi demitido depois de ter se recusado a retirar do mural da redação uma carta do ex-editor de política, Renato Pinheiro, que ao pedir demissão da empresa apontava como motivo principal a existência de uma censura constante em relação às matérias, exercida pelo gerente-editorial do jornal, Roberto Quintaes.

Na verdade existe uma série de assuntos "proibidos" de serem veiculados pelo Jornal da Bahia, que vão desde o veto a deputados do MDB, como Elkson Soares,

até minimizações quanto à cobertura de movimentos estudantis e greves, entre outros.

Em sua carta dirigida aos colegas da redação, Renato Pinheiro relata que estava acostumado a trabalhar com mais liberdade e que não havia como no Jornal da Bahia, dentro de sua conjuntura interna, realizar um trabalho sério e honesto.

A paralisação dos editores e sub-editores ganhou rápida adesão dos repórteres, que decidiram manter a paralisação até que Geraldo Lemos seja readmitido, e os editores entregaram seus cargos também nas mesmas condições. A direção da empresa, na tentativa de acabar com o movimento desceu à redação dizendo que todos teriam que trabalhar, e os que não o fizessem deveriam ir embora.

Diante da negativa dos jornalistas, em seguida, na redação mesmo, realizaram uma reunião com os editores, quando foi criado o impasse: a direção do Jornal da Bahia não voltaria atrás e os editores também não.

O "milagre" no custo de vida

Os aumentos conseguidos pelos trabalhadores com as greves e as negociações diretas com os patrões, que começaram em São Paulo e depois se espalharam por outros Estados, já estão valendo muito pouco. De uma só vez subiram durante este mês ou estão com aumentos previstos para o início de julho os preços dos gêneros mais importantes.

Parece difícil entender que enquanto sobem os preços de tudo, os salários caem, mas esta tem sido, ao longo dos últimos 14 anos, a política adotada pelo governo e pelas empresas para aumentar os lucros dos patrões e fazer milagres.

O feijão vai para Cr\$ 9,30 o quilo, completando um aumento de 29,16% este ano; o arroz passa de Cr\$ 8,60 para Cr\$ 10,00, subindo 16%; a carne aumenta em média 12%; o leite C, com baixo teor de gordura, vai para Cr\$ 5,20 o litro, aumentando 14%.

Os panificadores querem um aumento de 80% para o pão depois de já terem tido um de 25%. Os meios de transporte não ficaram de fora: os táxis e os ônibus subiram 20% de uma vez. As escolas também foram aumentadas em 35% e até uma dose de cachaca, custará mais 30%.

No final do mês a Fundação Getúlio Vargas solta o seu boletim mensal e aparece lá uns magros 2,2% de aumento do custo de vida. E são estes 2,2% por mês, que vão servir para informar os cálculos dos aumentos salariais. Tudo muito bem ajustado.

Os trabalhadores contam com as greves para obter aumentos acima dos 38%. A repressão contra elas ficou a meio caminho, sem forças para se consumir. Os empresários paulistas, através da Federação das Indústrias (FIESP), pediram a intervenção do governo, alegando que as greves tinham consequências imprevisíveis em relação a própria segurança nacional. O governo, através do ministro Reis Veloso, respondeu que com a decretação da ilegalidade do movimento os empresários ganharam amparo para demitir por justa causa, sem que isto represente nenhum arbítrio, pois estamos num país capitalista.

A organização dos trabalhadores e as greves que se impuseram pela força da mobilização nas fábricas, mostrando que esta ainda é a forma mais efetiva, no momento, de lutar contra o arrocho salarial e as altas dos preços que não aparecem nos índices oficiais. Álvaro Caldas

Intim (id) ação para a Anistia

No último dia 16, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia - núcleo de Minas Gerais, Helena Greco, foi intimada a comparecer à Polícia Federal, para prestar depoimento sobre as bombas que explodiram em frente à sua casa, na madrugada do dia 19 de abril, data em que o Movimento Feminino comemorou os 33 anos da anistia de 45. O depoimento que duraria apenas 20 minutos, segundo garantiu um dos agentes federais do advogado Geraldo Magela, se estendeu por duas longas horas. Por se tratar de uma "questão de segurança nacional", nem mesmo a presença deste advogado foi permitida e os familiares de D. Helena tiveram de esperar de pé. A imprensa também se fez presente embora

seu trabalho tivesse sido um pouco dificultado, logo de início um repórter foi detido por estar entrevistando as pessoas presentes. Como não tivesse credencial do jornal, o jornalista teve de ficar 45 minutos, "contra a sua vontade", numa sala, conversando com o delegado, até que se telefonasse para o jornal.

Atualmente o MFPA-MG vem desenvolvendo uma ampla campanha visando a transferência dos presos políticos da Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, para a Penitenciária de Neves, próxima a Belo Horizonte. Tal medida é motivada, principalmente, pelo fato de as condições carcerárias em Linhares serem quase tão precárias quanto as de Itamaracá, em Recife.

Haroldo Quintão

FINAIS

Desapareceram com Dario!

Dario Candeloro Canalli, cidadão italiano, 33 anos, foi preso no último dia 31 em São Paulo, em companhia de Ricardo Zaratini. Este se encontra no DOPS paulista, mas ninguém sabe para onde levaram Dario. Nem os seus advogados, Ildival Piveta e Talles Castello Branco, que já denunciaram o fato ao Ministro da Justiça. "Onde se encontra Dario atualmente? Qual seu estado de saúde? - indagam os advogados.

FUNCIONÁRIOS Os funcionários da Universidade de São Paulo - USP e da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, decidiram entrar em greve caso não recebam aumento imediato de 20%. Em Campinas essa decisão foi tomada numa assembleia de mais de 500 pessoas. Na USP os funcionários foram boicotados pela diretoria de sua entidade, mas mesmo assim conseguiram realizar uma assembleia, além disso vários deles foram intimados a depor numa comissão, de inquérito da Prefeitura da Cidade Universitária.

DCE-LIVRE A chapa Alternativa foi a vencedora das eleições da nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica - PUC, de São Paulo. O DCE da PUC foi reconstruído no ano passado, e essa é a sua segunda eleição. A chapa vencedora é uma frente de diversas tendências que atuam na Universidade. Concorreram, além de Alternativa, os grupos Unidade, Proposta e Liberdade e Ação.

PELEGO Os operários da Caterpillar e da Massey - Ferguson denunciaram a omissão da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com relação a greve por aumento salarial, por eles realizada. As críticas foram feitas em cima da lentidão da diretoria em enviar um representante para negociar com as empresas. Os

operários chegaram até a enviar representantes ao Sindicato para pedir a presença da diretoria na fábrica, mas ela alegou que estava "esperando a empresa chamar".

PROFESSORES Dia 17 de junho foi fundada a Associação dos Docentes da UFRGS e eleita sua diretoria provisória, tendo por presidente o professor Carlos Fachel do departamento de Ciências Sociais. O objetivo imediato dessa diretoria é organizar a Associação e arrematar um maior número de sócios. A entidade inclui entre os seus associados os professores afastados compulsoriamente e propõe-se a lutar pela sua volta às atividades acadêmicas.

CARESTIA Foi formada, em Porto Alegre, uma Comissão Coordenadora do Movimento Contra a Carestia. Aproveitando a experiência do Movimento Contra o Custo de Vida, de São Paulo, o Movimento gaúcho contra a carestia pretende organizar e desenvolver trabalhos de bairros e buscar uma forma de articulação entre eles.

PLEBISCITO Depois de conseguirem impugnar as eleições indiretas para o DCE da PUC-RS, descaradamente manipulados pela reitoria, os estudantes realizaram um plebiscito onde mais de 5000 alunos posicionaram-se pela realização de eleições diretas para a entidade. Com bases ao apoio recebido pelos estudantes a atual diretoria do DCE marcou para agosto a realização das eleições, quando o conjunto dos estudantes poderão escolher qual programa político que deverá conduzir as atividades de sua entidade central.

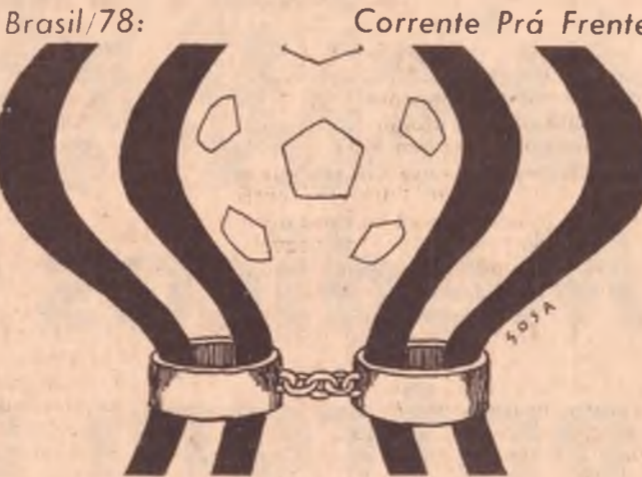
UNICAMP Os professores e alunos UNICAMP estão também mobilizados: em assembleia conjunta, dia 22 último, eles aprovaram um documento de protesto contra o Conselho Federal de Educação, que criou recentemente a figura do "doutor bônico", ou seja, que decreta título de doutoramento direto sem a participação dos candidatos por cursos de pós-graduação.

Greves em São Paulo (Capital) De 12 à 22/6

Empresas	Nº de Operários	Paralisação	Acordos Aumentos	Ateciapções
Braço	1750	3 dias	15	
Barbã	200	24 horas	8	4
Itel	360	2 dias	13	28
Maq. Gutman	350	2 dias	10	
Metalca	625	12 hs.	7 a 15	
Cometa	340		10	10
Siemens	3500	3 dias	10a12,5	8
Aliperli	2500		10	10
Voith	3300		8	
Ford	3500		11	
Pirelli	930		10	20
Sofunge	3540	24h		Em negociação
Toshiba	520	7 dias	15	
Vols	3500		11	14
Ardea	480	24hs.	15	
Same	1000	2 horas	10	10
Schunk	250	24 horas	15	20
Massey Ferg.	1530	9 dias		Em negociação
Caterpillar	1830	7 dias	10a15	10
Atlas	1200	12 horas		Não definido
Mangels	600		10	
Superfest	300	12 horas		Em negociações
CBR	60	12 horas	6	14
Fresimbra	630	24 horas		Não definido
S/A O Estado de São Paulo	3000		10	10
Adria	1100		15	5
Coral	110		15	
Tusa	800	12 horas		10
Arno	3500	4 horas		Em negociação
Itel	386		13	28
Olivetti	2000	24 horas	10a15	(Guarulhos)
Hingsold	250	3 dias	15	15
Wapsa	1700		10	10
Sandvik	800		5a11	13
Duratex	2500		15	14
Maq. Piratininga	500	12 horas		Em negociação

Balanco global em 22/6/78:
40.000 beneficiados por acordos já firmados
15.000 em negociações

(Fonte: Isto é, CHAPA-3)



classificados

Assine EM TEMPO!
Nome.....Profissão.....
Idade.....Endereço.....Bairro.....
Fone.....Cidade.....Estado.....CEP.....
End. Comercial.....Horário.....Fone.....
Estou enviando o cheque nº.....do Banco.....em nome da Editora Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua
Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aulísio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Maras Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Argüada Poni, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Billo (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Carlos Tibúrcio, Fábio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.
DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).
Secretário de Redação: Carlos Moreira.
Produção e Secretária-Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.
Editor-Geral: Jorge Batista.
EDITORIAS: Internacional: Carlos Tibúrcio (editor) Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (Sub-editores); Altair Moreira, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Maria Cristina Plau, Marlon Frank.
Nacionais: Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio.
Cultura: José Arrabal, Maria Rita Kehl e Sérgio Squilanti.

Meyer, Arnaldo Xavier, Cláudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gil Berto Morgado, Nadine Habart, Paulo Nassar, Sérgio Ali.
Arte: João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação) Beto Maringoni, Duto Bicalho, Zezo (ilustração), Ennio Brauns F., João Roberto Martins F., Niels Andreas (fotos).
Revisão: Alfredo Maria Camilo de Sousa, Rubens Adorno.
Arquivo-Pesquisa: Luis Gabriel de Fien, J. Maura Marinho, Maria Quinteiro, Silvestre Prado.
SUCURSAIS: Brasília (S.C.S. Edifício Maristela, s/1103): Marco Antonio, Marina Juarez, Rita de Cássia Recife (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças): Sérgio de Souza, Cecy Prestelo, Otiardo Mindelo (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Cecy Scarlat, Alzira Medeiros, Eliane Veicso, Hilton Almeida, Maria Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Noqueira (administração) Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgard da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flávio Andrade, Haroldo Quintão, João Antonio de Paulo, João Machado, Lélio Santos, Mazé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barçia, Paulo Vilara, Ricardo Rêgo, Sérgio Asphan, Virgínia Pinheiro (redação), Manza

Araújo (administração) Curitiba (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Maué): Paulo Sá Brito, Reinaldo Alem. Porto Alegre (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barcos Pinto, Gerson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Menezes, Marcelo Matz, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes. Salvador (Av. 7 de Setembro, 202 - s/501): Ademir Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 - s/408): Aduato Novas, Aian Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lelis Meirelles, Lígia Bahia, Luiz Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Aurturan, Maria Helena Maia, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Stragiac, Sueli Caldas.
ESCRITÓRIOS: Aracaju (SE): David Danias. Campolima (SP): Fátima Barbosa, João Roberto Martins F., Reinaldo Barros. Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rôcio Araujo (redação), Daniel Santos, José Saravia

Jr., Vinício Araújo (administração e distribuição), João Passos (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campus Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.
Administração São Paulo: Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvaldo Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcia Ramos de Souza (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Acemio Oliveira (Salvador).
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.
EM TEMPO uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) - Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280479 e 8536680 - Pinheiros - Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicação e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone 8537461 - Distribuição: Fernando Chingaglia Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907 (RJ) - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

O maior sindicato de trabalhadores da América do Sul - os Metalúrgicos de São Paulo - terá eleições esta semana, do dia 26 a 30. Mais de 45 mil votantes vão escolher a nova diretoria da entidade, encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, notório pelego, há 13 anos no cargo de presidente (Chapinha 1). Outra é a "Renovação Sindical" (Chapa 2), com expressão localizada em apenas algumas fábricas.

A Chapa 3, Oposição Sindical, é a que apresenta um programa, uma campanha e uma prática mais identificadas com os interesses dos operários. Há vários anos vem se organizando crescentemente e penetra hoje em todas as indústrias metalúrgicas de São Paulo. O presidente é Anizio Batista de Oliveira, torneiro vertical da empresa Toshiba, 36 anos de idade. Ele fala a EM TEMPO sobre as perspectivas da Oposição Sindical, sobre o momento político e as greves pa-
listas.

Anizio: as greves vão até novembro.



NEI S. ANDREAS

Como você vê o movimento grevista em São Paulo?

Em São Paulo, de uma forma diferente do que aconteceu no ABC, as negociações foram diretas entre os operários e a fábrica. Aqui ninguém acredita na direção do sindicato. A classe estava descontente com o salário, com o governo, com o aluguel... Hoje a classe operária sabe que o que vem pelo dissi-
dio é pouco e não adianta lutar por aí. Ela percebe que é preciso se organizar sem esse sindicato. Isto ajudou a organizar a Chapa 3. E o trabalho da oposição metalúrgica foi importante para o movimento grevista.

É claro que o movimento de São Bernardo influiu. Mas o pessoal aqui estava preparado. Porque greve sem trabalho anterior não sai e se sai não tem vitória. Por isso eu acho que as greves vão se estender por mais tempo, até outubro, novembro.

Tem gente dizendo que os patrões ajudaram. Mas isto é um absurdo. O que se pode dizer é que não houve repressão violenta e isto ajudou - em função, é possível, das eleições que estão aí. Se o patrão quer dar aumento ele dá, sem greve. Mas nunca quer, né?

Como você vê o trabalho de organização das lutas específicas da classe?

Um ponto desta luta é o sindicato. E aí que a categoria se organiza e é o lugar onde é possível dirigir as lutas econômicas da classe, por melhores salários, por melhores condições de trabalho. Mas para ter um sindicato forte, é preciso ter comissões de fábrica. São elas que dão vida à luta sindical pelas reivindicações e são elas que vão exigir que a diretoria do sindicato atue conforme os interesses da classe. A tendência hoje é das comissões de fábrica crescerem e trocarem experiências, criarem laços entre si. Sem as comissões de fábrica o sindicato não é representativo, é só burocracia e assistencialismo. A luta por comissões de fábrica vai dar a vitória à oposição sindical.

Como você vê a luta dos operários hoje em relação aos seus interesses mais gerais?

No momento o operário está lutando por melhores salários. A maioria não está visando o benefício do conjunto da classe, alguns estão pensando apenas na fábrica, outros na categoria... Mas eles sabem que é preciso se organizar, que precisam de um sindicato ativo. Quando muitos não entram no sindicato, não é sem razão. Eles sabem que o sindicato de São Paulo só é assistência e aceita tudo que o governo quer e faz. Então o operário não vai lá. Hoje os companheiros falam que o sindicato daqui não representa a categoria.

Agora você veja, como é que o sindicato pode lutar pelos interesses do con-

junto dos trabalhadores do jeito que é a CLT nesta questão? Pela lei o sindicato só pode ser de uma categoria e de um município. O trabalho é quebrar este tipo de desunião. Embora - aparente união, este tipo de lei sindical só desune. A Federação que devia estar aí para cumprir este papel, não faz nada. O patrão, este sim, leva vantagem: além de não existir lei que o impeça, ele às vezes é dono de fábricas em vários municípios. Mas os empregados dele não podem se unir para lutar, porque isto é ilegal. Não podem sequer se reunir para discutir problemas comuns porque a CLT não deixa. Não se pode juntar metalúrgicos de São Paulo com metalúrgicos do ABC; nem têxteis com metalúrgicos. Quer dizer: na luta sindical, com esta estrutura que está aí, lutar pelo conjunto dos interesses dos operários, de um modo organizado, é difícil. Sindicalismo atrelado não dá.

Você acha que a luta pela democracia interessa aos trabalhadores?

O trabalhador está procurando democracia o mais rápido possível. Quando o trabalhador está lutando por liberdade sindical está lutando por um Sindicato mais democrático, dentro da fábrica. Está lutando pelo direito de falar contra o chefe sem levar cacete. E agora o operário já não está mais aceitando esse tipo de coisa. Agora, fora da fábrica, por exemplo, ele vê o MDB, o operário tem esperança que o MDB quebre esta barreira, em favor da democracia. O MDB, porém, não é saída para a classe operária. É um meio. Se a gente pega desde a fábrica até o político, vê que o operário está lutando por democracia. Até quando? Laudo Natel perde e desmoraliza a Arena o operário acha bem. O operário enxerga até essa pouca vergonha que é o futebol, reconhece as manobras e até mesmo a intenção de distrair que move a promoção desse esporte. O operário não é tão alienado como pensam.

E a Constituinte?

Eu gosto de conversar com o operário sobre aquelas temas em que o operário está interessado. Acho que o operário não sabe ainda o que é Constituinte. Se a campanha pela Constituinte não fosse ruim, poderia significar um avanço na luta.

É um partido operário, você acha que há condições para tal no Brasil?

Com a luta que se dá hoje pela democracia, no futuro terá que existir um partido operário. É uma necessidade da classe. Porque tanto em função da repressão como da despolitização dos trabalhadores, hoje a política não chega aos operários.

Qual a luta central da oposição?

Nós temos alguns pontos centrais: os 21% de aumento, que é só dar uma

olhada para constatar que nós estávamos vivendo no duro; pelo sindicalismo desatrelado, porque a gente sabe, os trabalhadores precisam de independência para se organizar, que o sindicato não pode estar aguardando para se organizar, que o sindicato não pode estar grudado ao governo, que sindicalismo atrelado cria pelego por todo lado; pelo direito de greve que nós estamos conduzindo também, cada um no seu local de trabalho, e que a gente percebe que os companheiros aceitam, querem mesmo que isto seja um direito e pelas comissões de fábrica, que eu já falei.

Vocês ganham as eleições?

Tem muita gente trabalhando para a Chapa 3. Eu nunca vi igual nas elei-

ções passadas. O clima está bom, está ótimo. Vai dar chapa 3.

E as manobras?

Depois de 64, baixaram portarias que favorecem quem está na situação. Por exemplo, só a situação pode escolher os mesários. É só a Chapa um que escolheu os mesários. Apesar do requerimento da Chapa 3 pedindo igualdade de direitos. Também pedimos à DRT, ao Vinicius Ferraz Torres. Ele ficou de estudar mas depois de uma entrevista com o Joaquim deixou um recado dizendo que não era possível. Quer dizer: a gente não tem democracia nem mesmo nas eleições sindicais, nem direito a partes iguais na mesa.

Entrevista a Prado Jr.

“Só as comissões de fábrica podem dar vida ao sindicato”

A primeira greve na cidade de São Paulo deu-se na fábrica Toshiba, onde Anizio trabalha. Ele conta a experiência de formação de comissão de fábrica e conclui: “é assim que eu penso que se constrói de fato a oposição sindical”.

“Na minha fábrica, a Toshiba, a greve se deu em função do salário baixo. Teve influência o movimento começado em São Bernardo. Pelo fato de eu estar encabeçando a Chapa 3, o pessoal vinha me procurar e perguntava o que estava ocorrendo. No nosso programa eleitoral está claro que é preciso formar comissões de fábrica. Só elas podem dar vida ao movimento sindical. Eu respondi então que era preciso formar comissões de fábrica que representassem o conjunto dos trabalhadores da Toshiba.

E o pessoal cismou de fazer greve. E pararam três seções - a usinagem, prensas e rolamento de motor. Com essas paradas por duas horas, fatalmente as outras seções terminariam por desligar as máquinas. E foi o que aconteceu, em 9 h do dia 26 de maio, uma sexta-feira.

O gerente de produção, assustado ia passando de máquina em máquina, de seção em seção. Perguntando porque o pessoal estava parado. Ninguém respondia, mas todo mundo dizia “acho que é por aumento”.

Logo os homens me chamaram, sabendo que eu era da Chapa 3. Eram os gerentes e perguntaram pra mim porque é que tava todo mundo para-

do. Eu retruquei que fossem perguntar para a fábrica toda. Eles mudaram de conversa e disseram que só queriam um meio de entrar em contato com a fábrica. Voltei, os companheiros discutiram e resolveram formar uma primeira comissão. O que terminou ocorrendo é que todo mundo foi para o refeitório numa assembleia. O advogado da firma estava lá e foi dizendo: que a greve era ilegal e que eles encaminhassem as reivindicações e voltassem ao trabalho. Dai eu fiquei indignado e disse: muito bem, a lei 4330 diz que a greve é ilegal, mas ganhar salário baixo e pagar aluguel alto não é ilegal? E os companheiros da fábrica concordaram. O homem perdeu a segurança, foi embora e a gente continuava firme. Ai todo mundo começou a falar em reivindicar. Depois de algum tempo a gente concluiu que eram quatro os pontos básicos: 21% de aumento, melhorar a comida, segurança e higiene e convênio médico.

Mas era preciso escolher alguém para falar com os patrões e a assembleia escolheu 18 companheiros para representar a fábrica. E também decidiu-se que não se voltava a tra-

balhar sem que a gente conseguisse as reivindicações. Todo mundo voltou para as máquinas paradas e a comissão ficou ali pondo os quatro itens. Até quarta-feira repetiu-se a mesma coisa: a comissão ia falar com os patrões eles não propunham nada de concreto e mandavam trabalhar para depois conversar, a gente voltava e falava com o pessoal e eles decidiram não voltar a trabalhar enquanto não se apresentasse nada de concreto.

Nesse dia, depois de ter ameaçado de acabar com a comissão, os patrões foram à Delegacia Regional do Trabalho. Chamaram o sindicato. O sindicato se negou a fazer acordo porque “ninguém tinha chamado”.

Eles chegaram da DRT com uma carta do delegado Vinicius mandando a gente trabalhar e com duas opções: chamar o sindicato para servir de mediador ou então a comissão ia negociar até o final (sem a interferência de ninguém). E a partir daí ficou a comissão.

Eles começaram a propor coisas mais concretas. Primeiro 5% de aumento, mais 5% de antecipação. Mas o pessoal estava firme. Dai ficou aquele

impasse. Na quinta feira à tarde eles chegaram aos 10% de aumento e 5% de antecipação. O pessoal já tinha resolvido ceder um pouco - 15% de aumento para começar a trabalhar e discutir o resto. Na sexta feira cedo os homens chamaram pra conversar e se viu que estavam dispostos a chegar a um acordo, porque a produção estava atrasando e eles já estavam pagando multa. Então a gente propôs 10% sem desconto agora, mais 5% de aumento em julho e o resto pra discutir.

Eles foram conversar com a diretoria, e a comissão com o resto da fábrica. Depois eles nos chamaram e reconheceram: “você foram muito firmes, não tem jeito mesmo”, e deram o aumento.

Pediram que a comissão ficasse fixa para discutir reivindicações. E deram de boca garantia de emprego pro pessoal da comissão. Na fábrica todo mundo diz que se um membro da comissão for mandado embora, as máquinas param outra vez.

Bom, neste ponto de comissões de fábrica está programada Chapa 3. E se vê que a gente está no caminho certo. É assim que eu penso que se constrói de fato a oposição sindical.”

OS EMPRESÁRIOS E AS GREVES

Se é inevitável, relax...

Bernardo Kucinski

As greves nas fábricas paulistas agravaram a crise institucional e separaram ainda mais o empresário e o Estado. Contribuíram decisivamente para a realização do primeiro projeto burguês independente, levado em frente à revelia do Estado num primeiro momento: o de negociar com os trabalhadores em vez de reprimir em larga escala.



Com maestria verdadeiramente operária, os trabalhadores de São Paulo cravaram uma cunha na região mais vulnerável da crise institucional - e a crise "mudou de qualidade", após as greves do ABC. A burguesia inermemente, violentada pela primeira vez desde as greves de Osasco e Contagem de 1978 - dez longos anos em que foi sempre ela a violadora - apelo no próprio momento de seu espanto, para o recurso único do disfarce: sorriu e fingiu que gozava. "Nos últimos trinta anos de minha vida nunca vi um movimento tão sério, tão justo e tão responsável", disse Antonio Ermirio de Moraes, superintendente do Grupo Votorantim, o truste do cimento. "Foi possível perceber a maturidade, a elegância, a honestidade e franqueza dos trabalhadores," falou o industrial Gastão Vidigal Neto, presidente da Confab Industrial. As greves tinham a própria burguesia, e não o aparelho de Estado, seu protetor, como alvo principal. Afastada desse aparelho de Estado por um sério problema de incompatibilidade de gênios nascida diretamente de dificuldades econômicas, a burguesia tentou o exercício do esvaziamento ideológico de um movimento grevista que fora, em si, fruto de uma vitória ideológica obtida ao longo de uma luta lenta, gradual e nada segura, do que propriamente uma vitória organizativa. Dai nasce a tese falsa sobre o "caráter pacífico" das greves. "É até surpreendente que os operários... não tenham utilizado, com mais vigor e até com certa violência, a enorme autoridade moral adquirida..." diria em editorial o *Jornal da Tarde*, que é a

própria consciência conservadora em forma de imprensa.

O governo na defensiva

A tese de que os trabalhadores dessa vez, evitaram a violência já é falsa no seu pressuposto - o de que os trabalhadores normalmente recorrem à violência física. Ora, é o Estado, como instrumento coercitivo, que recorre à violência física (uma das razões da existência do Estado), para esmagar a força sempre política dos trabalhadores, porque baseada no grau de unidade e coesão alcançados por eles. Foi o Estado que mobilizou as tropas da Polícia Militar para ocupar as fábricas de Contagem, no segundo dia da greve de 1968. E mesmo em Osasco, onde os trabalhadores por alguns momentos acreditaram poder enfrentar a força física da repressão com a violência também física, foi de novo o Estado que de fato apelo para o confronto, para o único campo que lhe é favorável, o da guerra pelas armas. E foi desta vez, esse mesmo Estado, que evitou usar a violência. O que mostra que o falso estado da tese serve para ofuscar várias implicações importantes da greve do ABC. Como, por exemplo, a de que o Estado viu-se paralisado ao longo das primeiras semanas do movimento, não conseguindo ir além das preliminares formais de conseguir a declaração da "ilegalidade" das greves - o mesmo tipo de declaração que abriu o caminho para a repressão em Contagem e Osas-

co, mas não agora, no ABC. E não foi além, apesar de sugerir essa solução num primeiro momento, porque não teve o mandato da burguesia. Foi a burguesia que vetou o emprego da violência, de que tantas vezes tem se valido: "não devemos radicalizar, mas dialogar; a radicalização só pode trazer maiores dificuldades", diria no quinto dia da greve o empresário e político José Mindlin, dono da Metal Leve, e encontrável frequentemente entre os porta-vozes um pouco mais esclarecidos da nova burguesia industrial de São Paulo. Além de indicar o rumo a ser tomado, a declaração de Mindlin é uma confissão de que a burguesia, quando quer ou pode, radicaliza.

Do diálogo ao confronto

Irmã gêmea da tese da "greve pacífica" é a outra tese, igualmente falsa, de que o movimento permitiu o estabelecimento de um "diálogo" entre trabalhadores e patrões. Exatamente ao contrário, foi o esgotamento de uma tentativa de diálogo, oficialmente encerrada por Luis Inácio, Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, no dia 22 de abril, que abriu o caminho para a greve: "Cheguei lamentavelmente à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física até a última gota de suor; por isso está na hora de deixarmos o diálogo de lado e partir para a exigência, sem medo de

nada". diria Lula ao tomar posse do segundo mandato de presidência do sindicato, pondo fim ao diálogo iniciado com patrões e governo no dia 14 de outubro do ano anterior.

Ora, nem a greve foi um "passeio" dos operários, que, conforme os relatos da imprensa independente, precisaram reunir até último átomo de sua coragem, para desafiar um Estado ainda autoritário; nem as negociações que se seguiram foram um "diálogo" entre amigos. As negociações na Ford duraram vinte horas seguidas; as negociações com o Sindicato das Indústrias de Máquinas, para obtenção de um acordo coletivo semelhante ao assinado com a indústria automobilística, ainda não deram nenhum resultado. O industrial Einar Kok, apesar de também figurar com frequência na ala dos empresários ditos "progressistas", alega que a indústria de máquinas não pode dar o mesmo aumento dado pela indústria automobilística, porque é maior, no seu setor, o peso dos custos da mão-de-obra. Trata-se de apenas cerca de 18 por cento nos custos totais, encargos sociais incluídos, o que significa que um aumento de 20 por cento nos salários não provocaria mais do que 4 por cento de alta nos custos de produção - o que de resto nada tem a ver com os problemas dos operários ou do povo em geral. E o mesmo Ermirio de Moraes, que elogiou a "elegância" da greve e considerou "justas" as reivindicações dos operários, se disse contra a concessão de um aumento linear a todos os trabalhadores, sugerindo, ao invés, que isso fosse conquistado de fábrica em fábrica.

As lideranças sindicais sabem que refeita da surpresa da greve e de suas formas - a grande novidade foi a ausência de piquetes tornada possível pela surpreendente unidade dos trabalhadores e deflagração das greves a partir de dentro das seções de cada empresa - a burguesia desenvolverá formas também novas e algumas velhas de repressão. Desde a "rotatividade" forçada dos trabalhadores que recebem aumento, até a dispensa das lideranças que emergiram durante o movimento, tudo será usado para reprimir os trabalhadores, desde que compense no quadro geral da produção e da correlação de forças.

Também o aparelho repressivo do Estado já estará reciclando seus programas em função das particularidades desse movimento grevista e muito cedo, dependendo do clima geral no País, estará se preparando para reprimir, se preparou tanto no campo da repressão, como no de tentar "institucionalizar" a nova realidade.

Abono e repressão

Com um mês de duração o movimento grevista mobilizou diretamente cerca de 50 mil trabalhadores e beneficiou com aumentos salariais cerca de 150 mil em seis municípios industriais, inclusive Campinas. Sua propagação por todo o País, com maior ou menor velocidade, é inevitável. E então que nasce na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, a tese de

que o governo precisa intervir. A FIESP pede de um lado, que o governo dê o abono - forma de esvaziar o movimento - e de outro, que o governo "impunha a Lei" e reprima os descontentes que insistem em fazer greves.

A primeira vista é curiosa essa combinação de repressão mais abono (e que de tabela pede também que metade dos custos adicionais possa ser repassada diretamente aos preços finais da produção). No entanto, foi exatamente essa a política adotada pelo governo durante as greves de Contagem, em 1968, quando, conforme explica Francisco Weffort, toda a escala de ação do governo é delineada desde o primeiro instante. Vai se verificar que o abono se impôs como uma conquista da realidade, mas só foi dado por um Estado em condições de manter a iniciativa política, e, principalmente, um Estado que não estava passando por crises de incompatibilidade de gênios com os vários setores da burguesia. As greves do ABC não só encontraram Estado e burguesia amuados, mas contribuíram, decisivamente, para a realização do primeiro projeto burguês independente, levado em frente à revelia do Estado num primeiro momento: o de negociar com os trabalhadores em vez de reprimir em larga escala. O fato de que num segundo momento, invertendo-se as posições, serve apenas para medir a confusão reinante no arrial das classes dominantes. Nem toda a burguesia apoiou a ideia da FIESP, do abono com repressão, e muito menos o Estado, que antes pediu repressão e agora não aceita a tarefa de executá-la de imediato.

OS CANDIDATOS

As eleições parlamentares de novembro já começam a contar os setores oposicionistas, na reta final das convenções do MDB nos Estados. EM TEMPO prossegue entrevistando aqueles candidatos que se identificam com um programa democrático e popular. Nestas duas páginas: José Edgar Amorim, de Minas, Alcides José Saldanha, do Rio Grande do Sul, e Fernando Henrique Cardoso, de São Paulo.

O mineiro Amorim defende que "o compromisso do candidato com as reivindicações e lutas dos trabalhadores será fator de avanço de suas conquistas, como a mudança da política salarial, o fim do arrocho, o direito de greve, a liberdade sindical e de organização e a melhoria das condições de vida".

José Edgar Amorim Pereira, 47 anos, bancário desde os 16. Desde cedo militou no Sindicato dos Bancários, do qual foi diretor, com 22 anos, passando desde então e até 1964, a ter uma militância no movimento sindical operário de Minas Gerais. Durante o mesmo período, atuou na Ação Católica de Belo Horizonte, e trabalhou com seus setores mais ligados à classe média e à classe operária - JOC, ACO, ACI. Concluiu o curso de Direito, em 1958, na UFMG, onde atualmente é professor. Advogado desde 1965, participou dos comitês eleitorais das candidaturas do ex-líder operário José Gomes Pimenta (Dazinho), a deputado estadual, em 1962 e do Prof. Edgar da Mata Machado, a deputado federal, em 1966.



se pode pretender a construção de uma sociedade livre e justa".

Alem disto se propõe a pautar seu trabalho pelo que chama de "uma ação pedagógica de aprendizagem recíproca e permanente". Assim é que "a palavra de ordem não deve em princípio ser utilizada. O nosso trabalho deve ser o de descobrir a realidade junto com os interlocutores (os trabalhadores), e junto com eles avançar na criação e na adoção das formas de luta para mudá-la". Para Amorim a esquerda não pode insistir nos erros do passado que se caracterizam pela atitude vanguardista, isolada na frente do povo. Este seria um vício típico das eli-

"Minha campanha será ditada pelas bases"

tes, que cumpre agora sanar. "O povo e os trabalhadores não precisam de tutores, de projetos e propostas feitas e acabadas. Quem pensa o contrário são os elitistas de todos os matizes." E neste sentido Amorim parece se inserir numa corrente atualmente em formação a nível nacional, que pautando-se por esta visão da política, tem por representante mais destacado Fernando Henrique Cardoso, candidato ao senado por São Paulo.

ET: A conjuntura atual encerra novas possibilidades no que diz respeito ao papel do parlamento?

AMORIM: Acredito que sim. Na medida em que se aprofunda o abismo entre o regime e a sociedade a expectativa é de que cresça a representatividade das oposições no parlamento. Este crescimento se dará também ao nível de combatividade, embora a classe operária não tenha ainda a possibilidade e o nível de organização que lhe permita uma expressiva representação no parlamento. No entanto muitos candidatos têm compromisso com sua luta e reivindicação. E isto se refletirá no próprio desempenho do papel do parlamento.

ET: O que os trabalhadores podem obter, no rumo de sua emancipação, através do apoio às candidaturas mais combativas?

AMORIM: O avanço da tomada de consciência, da mobilização e da organização dos trabalhadores é condição de eficácia de sua luta no rumo de sua emancipação. O compromisso de candidatos com as reivindicações e luta dos trabalhadores será fator de avanço de suas conquistas, mesmo aquelas mais restritas como a mudança da política salarial, o fim do arrocho, o direito de greve, a liberdade sindical e de organização, melhores condições de vida com o atendimento às suas necessidades mínimas: alimentação, saúde, educação, vestuário e transporte.

ET: Quais os pontos principais de seu programa?

AMORIM: O conteúdo de nossa ação, tanto na campanha quanto no exercício do mandato, será ditado essencialmente pelas bases, através de suas organizações e núcleos. Ele não se apresentará jamais como definitivo e acabado.

ET: Como você vê a evolução do quadro das oposições hoje?

AMORIM: As oposições ao regime hoje incorporam uma ampla faixa, que poderia se dividir em três grandes grupos. Os liberais, que reivindicam o fim do arbítrio, o estado de direito. São os profissionais liberais, intelectuais e políticos de formação liberal clássica, além de amplos setores do empresariado adeptos da livre iniciativa, contra o intervencionismo de estado e que por isso estão mais próximos de uma aliança com o capital estrangeiro. Em segundo lugar, os liberais nacionalistas, que além do estado de direito, pleiteiam uma mudança na economia com vistas à defesa da empresa nacional, da pequena empresa, da ampliação do mercado interno e de uma melhor distribuição de renda. A terceira faixa das oposições, que é naturalmente aquela em que nos inserimos, postula, além do estado de direito, das liberdades de expressão e de melhores condições de vida, uma profunda transformação social no rumo de uma sociedade estruturada com base na justiça e na liberdade. Nesta faixa encontramos amplos setores da Igreja, setores mais conscientes da classe média assalariada e alguns setores populares que vêm se aglutinando em torno de várias organi-

zações. É potencialmente toda a grande massa de assalariados de pequena renda, que constitui a base da pirâmide social.

ET: Como você vê a situação do MDB a criação de novos partidos?

AMORIM: Imediatamente, por seu caráter plebiscitário, certamente que as próximas eleições representarão um fortalecimento do MDB, que será o estuário natural dos votos de todos os setores da oposição, mesmo que não esgote a proposta política de muitos destes setores oposicionistas. Agora, se o MDB não assimilar as bandeiras de luta da maioria do povo - os assalariados em geral - as próximas eleições estarão ligadas à sua erosão. Quanto aos novos partidos, na medida em que vários candidatos realizarem na campanha um trabalho pautado pelas características de participação e organização do povo, estarão sendo abertos espaços para o surgimento de baixo para cima de novas agremiações partidárias mais identificadas com as aspirações e as bandeiras levantadas pelos trabalhadores.

Maizé Trindade

"As eleições devem mostrar que o regime é insuportável"

O gaúcho Saldanha argumenta que a importância maior do 15 de novembro será demonstrar "que o sistema não fecha com mais ninguém": "as oposições têm que vencer para que fique bem claro que o povo brasileiro se cansou".

De todos estes males que passamos há um dado positivo: o operário brasileiro deve ter aprendido a lição e saber que daqui para a frente ele tem que partir para novos níveis de organização para que não seja futuramente presa de paternalismo ou de pretensas soluções populares. As massas trabalhadoras têm que confiar mais em si mesmas, saber que é delas que parte a solução. Sem a classe trabalhadora organizada não é possível transformar coisa nenhuma. O resto é discussão acadêmica. Pode ficar muito bonito no livro mas na prática não tem nenhum sentido.

ET - Que tipo de transformação esta classe trabalhadora seria capaz de realizar?

Saldanha: Criar uma república em que eles como maioria pudessem exercer o seu direito natural. O conceito de justiça acadêmica diz que justiça consiste em dar a cada um o que é seu. Os trabalhadores teriam que fazer a democracia onde recebessem realmente o que é seu. Parece que o conceito de justiça é absoluto e diz tudo: uma nova organização social em que os trabalhadores, que não são a maioria esmagadora mas também os que realmente criam qualquer riqueza, tivessem todo o direito na participação plena nesta riqueza que eles criam.

ET - As próximas eleições poderiam significar um fortalecimento ou enfraquecimento do MDB?

Saldanha: A eleição de 78 é apenas para dizer quem está a favor ou contra o regime, portanto, não há que falar em fortalecimento ou enfraquecimento do MDB. O MDB é uma sigla, transitória evidentemente. É lógico e até natural que desaparecendo o sistema, o MDB desapareça. Não por ser criatura do Sistema mas porque teria cumprido sua finalidade histórica. Mas como eu digo que o importante é movimento e não o partido, acho que não contaria tanto. Teria que se perguntar se há fortalecimento ou enfraquecimento do movimento popular, que hoje o MDB canaliza. E o fortalecimento do movimento é evidente.

ET - Quais as conquistas que estas eleições podem significar para os trabalhadores?

Saldanha: Primeiro, demonstrar que o regime é insuportável. Segundo, que com o crescimento da oposição possibilitaria uma discussão mais ampla dentro da própria oposição e criaria condições para o estabelecimento de organizações de base. A eleição em si, se o regime continuasse inabalado, teria apenas o sentido de deloger determinados legisladores. Em termos populares teria pouco sentido.

Sucursal de Porto Alegre

EDITORIAL

Eleições: Os interesses em jogo.

Já se tornou lugar comum dizer que as eleições de novembro representam um dos acontecimentos mais importantes de um ano eminentemente político como o de 1978. Como das vezes anteriores, o artificialismo do sistema bipartidário e a inexistência de canais capazes de permitir a livre expressão popular darão às eleições um certo caráter de plebiscito, onde o que está em jogo não são simplesmente as mazelas entre o MDB e a Arena mas sim o apoio ou não ao regime autoritário. Mas não se trata apenas de um "plebiscito" a mais e sua importância assume uma dimensão maior em decorrência das circunstâncias em que as eleições vão ser realizadas, nas quais ficam bastante evidenciados os interesses em disputa.

Os interesses do regime são claros: uma vitória eleitoral representaria um forte argumento publicitário de que ele conta com bases populares. E viria em boa hora. Poderia servir de válvula de escape para as profundas pressões sociais que estão lhe levando ao isolamento político. Seria uma espécie de aval popular para a política geiselista de "distensão lenta, gradual e segura", que lhe daria um maior fôlego tanto para enfrentar o descontentamento que vem de baixo, como as dissidências que proliferam nos quartéis e nos bastidores do Poder - estas a exigir reformas mais significativas. E disto o próprio regime tem consciência. Tanto que ousa um pouco mais nas suas medidas "liberalizantes", num esforço inútil para melhorar a sua imagem e evitar uma derrota similar a de 1974, que desta vez pode lhe ser fatal.

Do lado das oposições - seja ela a popular identificada com os interesses dos trabalhadores, a democrática ou mesmo a simplesmente liberal, os interesses são outros e se identificam num ponto comum: impor através da vida eleitoral - mesmo com as limitações inerentes a esta via - uma contundente derrota ao regime, contribuindo assim para que ele entre num beco sem saída. Não se trata puramente de impor apenas mais uma derrota, e sim uma derrota numa conjuntura dada, onde suas consequências extrapolariam os limites do parlamento.

Um Não ao Governo e uma vitória do MDB apesar de todo o fisiologismo da agremiação oposicionista - num momento em que o regime enfrenta uma forte insa-

tisfação popular e se encontra dividido quanto aos seus rumos futuros, será um fator a contribuir para acelerar o fim do regime. Se em 1974 o protesto canalizado para o MDB - por ter sido este o único canal acessível - teve incidência além da esfera parlamentar e iniciou uma fase onde a crise deixou de ser principalmente econômica para ser principalmente política, hoje estas consequências serão bem maiores.

Não que se tenha ilusões sobre o MDB ou de que seja o parlamento o fórum onde serão solucionados os problemas estruturais da nossa sociedade, através do qual serão atendidos os interesses dos trabalhadores e demais camadas populares. Quanto ao partido de oposição, a sua atuação no atual período legislativo só confirmou o que dele já se falava. Salvo em raros momentos de atuação de alguns parlamentares, em nada correspondeu à votação recebida em 1974 e o seu comportamento só serviu para desnudar suas profundas limitações, sendo, portanto, compreensível o sentimento de frustração de muitas camadas populares que votaram nele. O MDB não foi capaz nem de mobilizar amplos setores em defesa dos deputados cassados e nada fez para que o Parlamento fosse uma caixa de ressonância das lutas populares. Ao contrário, simplesmente ignorou estas lutas.

Sua direção primou pelo compromisso e pelo pessimismo, vacilando entre o namoro com as "reformas" e "diálogo" acenados pelo regime, e as propostas ensaiadas pelas dissidências do Poder. Os autênticos em parte pelas cassações e em parte pela sua inconsistência, revelaram ter fôlego curto, não repetindo, ao menos, a combatividade que os caracterizou no governo de Medici. Por sua vez, o parlamento e a via eleitoral, estruturalmente limitadas, em certo sentido estreitaram-se mais ainda com o advento do "Pacote de Abril".

Mais nada disto e de se estruturar e o anormal seria se o MDB tivesse um comportamento diferente, pois o voto nele se justificou e ainda se justifica não pelas suas qualidades, mas por ser o único instrumento legal através do qual as oposições e as camadas populares podem se manifestar, aproveitando as eleições tanto para impor uma derrota ao regime, como para avançar na organização popular, esta desatrelada do próprio MDB.

Ao lado desta constatação, existem outros fatores a indicar que o parlamento é hoje um espaço onde as oposições, especialmente seus setores mais consequentes, devem estar presentes ainda que sem grandes ilusões em relação ao parlamentarismo. As articulações para as próximas eleições indicam um dado novo: a existência de um grupo de candidatos dispostos a trabalhar no sentido de que as suas candidaturas e seus mandatos contribuam para a elevação do nível de consciência e organização dos trabalhadores e demais camadas populares, não atrelando-as a partidos limitados e contraditórios como o MDB.

Este grupo de candidatos revela ter compromissos para que a alternativa ao regime autoritário não se limite aos rumos impostos pelos segmentos que trabalham por uma saída na qual as elites dominantes continuem dando as regras do jogo. Alguns destes candidatos ao tempo em que defendem bandeiras como a anistia, Constituinte e melhores condições de vida para os trabalhadores, explicitam em seus programas ser o socialismo a solução para os problemas estruturais da sociedade, argumentando ser necessário desde logo formar uma corrente socialista que atue também no plano parlamentar.

Como a Arena e o MDB dificilmente sobreviverão às próximas eleições e darão lugar a novos partidos que, ainda limitados, terão maiores definições, as próximas eleições servirão para que as diversas correntes de oposição acumulem forças para seus projetos futuros. Trabalhar, portanto, no sentido de que uma corrente comprometida com os trabalhadores e - por isto - com o socialismo, acumule forças em novembro é questão na ordem do dia.

Em síntese. Não basta apenas impor, nas próximas eleições, uma derrota ao regime autoritário. Isto é o elementar. É necessário ir mais além: aproveitar o período eleitoral para elevar o nível de organização das camadas populares e tudo fazer para que as candidaturas comprometidas com estas classes se fortaleçam e possam utilizar o parlamento como uma caixa de ressonância dos interesses dos trabalhadores que por falta de outras opções serão obrigados a votar no MDB por ser este o único canal que terão acesso em novembro próximo.



Candidato a suplente de senador pelo MDB no Rio Grande do Sul, Alcides José Saldanha, 41 anos, advogado, ingressou no Partido Libertador em 1959 e toda sua história política é marcada por esta filiação. No entanto, ele tenta minimizar o fato de ter sido um líder libertador. "Dentro do esquema político anterior a 64 os partidos políticos, em termos de lutas sociais, com exceção do PSD, não tinham muitas diferenças entre si". Saldanha faz questão de frisar que sua formação política "se deve muito mais ao Grêmio Estudantil do colégio Júlio de Castilhos do que a qualquer partido". Na sua história mais recente, ele se destacou pelo trabalho de organização de centros comunitários no município mineiro de Caçapava, onde exerceu o cargo de prefeito de 1973 a 77. E a organização dos trabalhadores continua a ser a principal preocupação de Saldanha, que sairá na chapa encabeçada pelo deputado Pedro Simon.

ET - Qual o significado das eleições de 78?

Saldanha: A importância maior é demonstrar que o sistema não fecha com mais ninguém. As oposições têm que vencer muito bem para que internamente - para os que ainda não se deram conta - e externamente fique bem claro que o povo brasileiro cansou do sistema. Ela tem quase um caráter plebiscitário.

ET: Haveria novas possibilidades para o papel do Parlamento?

Saldanha: Se as oposições conseguirem uma vitória expressiva, isto evidentemente serviria de instrumento de pressão para que o regime devolvesse ao Parlamento as prerrogativas mínimas que um Parlamento deve ter em um regime democrático capitalista. Pode ser que assim o Parlamento ganhe autoridade.

ET: O que os trabalhadores poderão conseguir ao apoiarem as candidaturas mais combativas do MDB?

Saldanha: Podem ganhar apenas uma certa expressão. O trabalhador não pode esperar que um deputado ou um governante lhe resolva o problema. O trabalhador há de resolver o problema por si, como grupo de pressão e de

expressão. O representante parlamentar será apenas uma decorrência desta organização, na medida em que os trabalhadores sejam capazes de se conscientizarem e se organizarem e elegerem nomes que correspondam às suas ideias, capazes de manter estas ideias depois de chegar ao Parlamento.

ET - Hoje não existe este tipo de candidato?

Saldanha: Candidatos que se caracterizam por um compromisso com o proletariado ainda não apareceram nestas eleições. Há candidatos que irão ao proletariado, receberão votos do proletariado, sem que com isso representem a luta e a aspiração proletária. São resquícios do paternalismo brasileiro que ainda irão perdurar nestas eleições. Mas posso afirmar que a roda da história não dá volta e que o trabalhador brasileiro tem aprendido duras lições nos últimos anos. É o que ele tem a fazer e se organizar e em se organizando exigir representações autênticas. Uma ressalva: quando falo em autêntico me refiro ao povo e não a algum partido.

ET - E qual o programa que você defenderá durante a campanha eleitoral?

Saldanha: Sou candidato a suplente, portanto minha tribuna terá apenas seis meses, de junho a novembro. Vou aproveitar esta tribuna para fazer uma pregação que me parece de vital importância, chamando a atenção dos trabalhadores para que se organizem em seus sindicatos e associações de bairro, pois assim os deputados que forem eleitos não virão daqui a um ano ou dois dizer o que devem fazer. Mas para que os trabalhadores organizados saibam exatamente o que querem e precisem reivindicar e digam aos deputados o que deve ser levado ao Parlamento. Aí vai se começar a exercer a democracia.

Minha campanha durante estes seis meses será apenas no sentido de conscientizar as maiores marginalizadas brasileiras de que as soluções não podem vir de cima. As soluções devem partir deles. Um convite para que se organizem, a única forma para que em eleições futuras se tenham candidatos realmente populares e representativos.

TORTURADORES

Um documento macabro

“Estamos dispostos a testemunhar perante qualquer comissão ou tribunal idôneo tudo o que aqui relatamos”, garantem os 35 signatários da denúncia.

Dois dias antes do jornalista Vladimir Herzog ser detido e aparecer morto no II Exército, em São Paulo, 35 presos políticos que cumpriam pena no Presídio da Justiça Militar Federal terminavam a redação do mais contudente documento de denúncia da atuação dos órgãos de segurança do país.

Em cerca de 1.500 linhas de letras e espaço pequeno, os encherados desfilaram um rosário macabro de atrocidades cometidas entre setembro de 1969 e fevereiro de 1975, das quais foram vítimas ou testemunhas. Não fosse a importância de trazer à luz tantos episódios, talvez se pudesse dizer que o documento raiá morbidez e o protocolo. Há descrição detalhada de mais de vinte métodos e instrumentos de torturadores. Narram-se dezesseis casos de presos políticos assassinados sob tortura, além de enumerar 19 nomes de “desaparecidos” e outros tantos mutilados. O texto apresenta uma lista enorme de “irregularidades de toda a ordem que são cometidas contra os presos políticos e verificados desde o ato da prisão até a soltura, demonstrando que nem as próprias leis de exceção do regime vigente — de natureza discriminatória, violentando os mais conhecidos direitos do homem em pleno século XX são cumpridas neste país”.

A denúncia foi endereçada a Caio Mário da Silva Pereira, na época Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele havia declarado numa entrevista à Folha de São Paulo, a propósito de casos de irregularidade policiais, que “não conseguia que as pessoas contassem fatos concretos, respostas

objetivas e específicas”, e impossibilitava uma denúncia com a necessária objetividade.

Os presos de São Paulo resolveram então ajudá-lo: “vimo-nos na obrigação, como vítimas, sobreviventes e testemunhas de graves violações aos direitos humanos no Brasil, de encaminhar a V. Sa. um relato objetivo e pormenorizado de tudo o que nos tem sido indigno, nos últimos seis anos, bem como daquilo que presenciamos ou acompanhamos pessoalmente dentro da história recente do país”.

A data do documento/denúncia é 23 de outubro de 1975, mas só foi encaminhado dias depois, com um adendo sob o título “Em tempo”. Este documento já estava concluído quando tomamos conhecimento da notícia do “suicídio” do jornalista Vladimir Herzog, ocorrido no dia 25 de outubro nas dependências do II Exército — CODI/DOI (OBAN). Segundo a nota oficial expedida pelo Comando do II Exército, o texto divulgado pela imprensa nos dias 27 e 28, Vladimir — que havia sido intimado a apresentar-se na sede do OBAN, tendo ali comparecido na manhã do mesmo dia 25 — “foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto se utilizado de uma tira de pano”.

Com o objetivo de corroborar essa versão, aquele organismo divulgou ainda laudo pericial de “causa mortis” assinado pelos médicos Arildo Viana e Harry Shibata. Esclareceu-se que este último, verdadeiro irmão de São Paulo, de hoje, é quem sistematicamente firmava os atestados de óbito de presos políticos assassinados pela OBAN.

Na época em que foi escrito, o documento

233 policiais e militares acusados de participar de violências e sevícias contra presos políticos.

A denúncia foi formulada há quase três anos. Mas continuava inédita nos jornais de país, pois não encontrou quem a publicasse, aguardando talvez “dias melhores”. 35 presos políticos fizeram uma relação dos nomes daqueles que foram seus algozes entre 1969 e 1975. EM TEMPO publica a acusação, na semana em que entra em julgamento o processo que a família de Vladimir Herzog move contra o governo, por conta de sua morte nas dependências do II Exército, quando lá se encontrava detido, em outubro de 1975.

não teve grandes repercuções; apenas alguns jornais resumiram a descrição dos métodos de tortura. Aguardando dias melhores para publicação, uma das partes mais relevantes da denúncia permaneceu inédita em jornais. Agora, EM TEMPO publica nesta edição a acusação que fazem os 35 presos políticos, ao revelarem 233 nomes de “torturadores e demais policiais e militares envolvidos na prática da tortura no Brasil”, segundo diz o texto.

Os autores deixam claro que assumem até as últimas consequências as acusações. “Fizemos o documento preocupados com a exatidão dos fatos narrados e dispomo-nos a testemunhar, perante qualquer comissão ou tribunal idôneo — e realmente interessados em apurar o que aqui se descrever —, quanto ao que relatamos. Assumimos conscientemente, com mais esta atitude nossas responsabilidades frente à situação no Brasil, causa de tanta desgraça e tanto luto para as famílias brasileiras.”

O documento é assinado por Altino Sousa Dantas Júnior, André Ota, Pinheiro Sales, Ariston Oliveira Lucena, Aton Fon Filho, Carlos Victor Alves Delamônica, Celso Antunes Horta, Diógenes Moura, Francisco Carlos de Andrade, Francisco Gomes da Silva, Gilberto Berlioz, Gregório Mendonça, Hamilton Pereira da Silva, José Carlos Gianini, José Genoio Neto, Manoel Porfírio de Souza, Ozeas Duarte de Oliveira, Paulo Vano-chi, Paulo Radick, Pedro Rocha Filho, Renato Moreno Filho, e outros 11 nomes ilegíveis. Vários deles já se encontram em liberdade, enquanto outros continuam cunprindo pena.



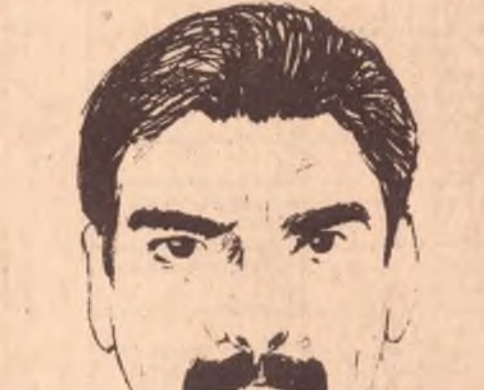
O ex-secretário Fiúza de Castro



O ex-capitão Ubirajara, segundo retrato fadado do semanário "Movimento"



O deputado arenista Ivoaury



O general Bandeira



O deputado arenista Ivoaury



Relatório dos 233 acusados

- 1 - Major de Infantaria do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra - “Dr. Tibéria” - comandante do CODI/DOI (OBAN) no período de 1970/1974. Atualmente é tenente comandante do Esquadrão da Morte.
- 2 - Capitão de Artilharia do Exército Benoni de Arruda Albaner - chefe da Equipe A de Interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1971. Anteriormente serviu no 4º RI.
- 3 - Capitão de Exército Italo Rolin - chefe de equipe de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1970, no Instituto de História e Geografia da USP.
- 4 - Tenente-coronel do Exército Waldir Coelho de Figueiredo - chefe de equipe de busca e orientador do BEC de Pindamonhangaba.
- 5 - Capitão de Intendência do Exército Dalton Luiz Cirilo - “Major Hormonoglúo”, “Lacio”, “Garcia” - atual comandante do CODI/DOI (OBAN) de 1969/1972. Hoje é major.
- 6 - Capitão de Infantaria do Exército Maurício Lopes Lima - chefe de equipe de busca e orientador de Interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1971. Anteriormente serviu no 4º RI. Estudou, em 1970, no Instituto de História e Geografia da USP.
- 7 - Major do Exército Inocêncio Fabricio Beltrão - do CODI/DOI (OBAN) em 1969. Desempenhava a tarefa de oficial de ligação entre o 2º Seção do II Exército e o CODI/DOI (OBAN). Posteriormente foi Assessor Militar da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
- 8 - Capitão de Artilharia do Exército Homero CESAR Machado - chefe da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1970. Atualmente é capitão da Polícia Militar de SP Francisco Antonio Coutinho da Silva - chefe de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1970. Atualmente é major do Esquadrão da Morte da Polícia Rodoviária do Estado em 1973.
- 10 - Tenente da Polícia Militar do SP Deyvan Antonio de Castro Queiroz - “Bezerra” - coordena-
- 11 - Investigador Rubens de Sousa Pacheco - “Paquequinho” - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP.
- 12 - Sargento da Polícia Militar de SP Paulo Bordini - “Americano”, “Risadinha” - Equipe A de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1971. Equipe de busca desde 1971.
- 13 - Delegado de Polícia Otávio Gonçalves Mourão - “Arrojado”, “Ovário” - Equipe B do DEOPS/SP comissionado no CODI/DOI (OBAN) desde 1969 até 25 de fevereiro de 1973. Era da coordenação geral das investigações e participava dos interrogatórios. Pertenceu ao Comando de Segurança Interna (CCC) e à Sociedade Brasileira de Defesa da Tortura.
- 14 - Advogado Paulo Costa - “Paulo Benigna”
- 15 - Advogado Antônio de Moraes - “Rafael”
- 16 - Advogado José Carlos - “Joãozinho”
- 17 - Delegado de Polícia Davi dos Santos Araújo - “Capitão Lisboa” - Equipe B de Interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1970/1971. Em meados de 1971 passou a equipe de busca. Atualmente lotado numa delegacia da Zona Sul da cidade de São Paulo.
- 18 - Delegado de Polícia Antonio Vilela - Equipe de Busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1975.
- 19 - Primeiro Tenente do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de SP Edson Farero - “Bombeludo”, “Beirão” - de Interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1970.
- 20 - Delegado de Polícia Alcides Sinigallo - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP no período de 1969/1975.
- 21 - Delegado de Polícia Cleide Gaia - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP desde 1970.
- 22 - Investigador Henrique Ferraz - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP. Chefe dos investigadores da equipe do delegado Fleury desde 1969.
- 23 - Delegado de Polícia Josecy Cusco - chefe de equipe de interrogatório da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP desde 1970.
- 24 - Delegado de Polícia Edzel Magnótti - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP desde 1969.
- 25 - Delegado de Polícia Firmiano Neto - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1969.
- 26 - Delegado de Polícia Raul Ferreira - “Pudim” - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP no período de 1969/1975. É tido como membro do Esquadrão da Morte.
- 27 - Escrivão Samuel Pereira Borba - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP no período de 1969/1975.
- 28 - Investigador Amador Navarro Parra - “Parrinha” - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP no período de 1969/1972.
- 29 - Investigador José Campos Correa Filho - “Campeão” - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1969. É tido como integrante do Esquadrão da Morte.
- 30 - Investigador João Carlos Tralli - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP desde 1969. E tido como integrante do Esquadrão da Morte.
- 31 - Investigador Antonio Lazaro Constanza - “Lazaro” - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1969. Ex-jogador profissional de futebol.
- 32 - Delegado de Polícia Sérgio Fernando Paranhos Fleury - “Comandante Estreito” - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP desde 1969. Atualmente é titular dessa delegacia. Tido como chefe do Esquadrão da Morte.
- 33 - Delegado de Polícia Ernesto Milton Dias - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1970. Tido como elemento do Esquadrão da Morte.
- 34 - Investigador José Fernando Monte - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1970. Tido como integrante do Esquadrão da Morte.
- 35 - Capitão de Artilharia do Exército Orestes - “Capitão Ronaldo”, “Faria” - chefe da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1975. Oficial da turma de 1957.
- 62 - “Edgar” - da equipe de análise do CODI/DOI (OBAN) desde 1972. Em 1971 usava o nome de “Capitão André” e participava dos interrogatórios naquele mesmo destacamento. E capitão do Exército.
- 63 - “Douglas” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) em 1971.
- 64 - “Dr. Nei” - chefe de investigação e análise do CODI/DOI (OBAN) no período de 1972/1973.
- 65 - “Bismarck” - da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1973.
- 66 - “Capitão Castillo” - da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1973.
- 67 - “ATLAL” - chefe da Equipe C de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1969. Em equipe de interrogatório. Posteriormente foi chefe de carceragem no DF/PS.
- 68 - “CAIO” - “ALEMAO” - equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) em 1971. Equipe A de interrogatório no período de 1972/1974. E delegado de polícia.
- 69 - “Capitão Homero” - chefe da Equipe C de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1969. Em equipe de interrogatório. Posteriormente foi chefe de carceragem no DF/PS.
- 98 - “Marechal” - carceiro da Equipe C do CODI/DOI (OBAN) desde 1969.
- 99 - “Dr. Tome”, “Capivara”, “Gagüinho” - da Equipe A de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1970/1974.
- 100 - “Capitão Cabral” - da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1973. Em 1974 passou para a Equipe C.
- 101 - “Indio” - enfermeiro da Equipe B do CODI/DOI (OBAN) em 1974.
- 102 - “Gavala” - da equipe de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1974.
- 72 - Delegado Raul - da Equipe A de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1970. Já foi delegado de polícia em São Carlos (SP).
- 73 - Escrivão de Polícia Gaeta - “Mangabeira” - da equipe C de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) desde 1969.
- 74 - “Capitão Lisboa” - chefe da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1971. Não se trata do delegado Davi dos Santos Araújo citado como nº 17 nesta relação.
- 103 - “Zorro” - do DEOPS/SP em 1971. E investigador de polícia.
- 104 - Investigador Márcio - do DEOPS/SP em 1971.
- 105 - Investigador Luís - do DEOPS/SP em 1971.
- 106 - “Eino” - do DEOPS/SP em 1971. E investigador de polícia.
- 107 - “Carlinhos Metralha” - da equipe de investigadores delegados Fleury na Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP desde 1969.
- 108 - “Guaçuá” - chefe de investigadores do CODI/DOI (OBAN) em 1969.
- 109 - Cabo do Exército Gil - carceiro do CODI/GB em 1970.
- 110 - Coronel de Exército Zamich - comandante do CODI/GB em 1970.
- 111 - “Solimar” - do CENIMAR/OB há vários anos. E chefe de carceragem do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.
- 112 - Cabo do Exército Lelis - recrutado para o CODI/GB quando serviu no BPE/GB em 1970. E catariense em 1964.
- 113 - “Baiano” - investigador do DOPS/GB comissionado no CODI/GB em 1970.
- 114 - “Plavio”, “Roberto” - do CODI/GB em 1970. Veio para São Paulo, em 1973, onde assumiu a chefia do Grupo Especial do CODI/DOI (OBAN). Esse grupo acumula as funções de interrogatório, análise, investigação e captura. E capitão do Exército.
- 115 - Investigador Pires - do DOPS/RS no período de 1970/1972.
- 116 - “Tonho”, “Catarina”, “Goulart” - do DOPS/RS no período de 1970/1972. E investigador.
- 117 - Major do Exército Atila - Centro de Informação do Exército (CIEX/RS). Atualmente no SNI em Brasília.
- 88 - Direcu - “Jesus Cristo”, “JC” - da Equipe A de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972. Anteriormente foi fotografado auxiliar de interrogatório no DEOPS/SP em 1970.
- 89 - “Sargento do Exército Carlos” - “Mário” - da Equipe C de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1972/1974. Em 1971 foi chefe de equipe de busca. Campeão de tiro no evento de torneio militar. E gaúcho.
- 90 - “Tenente Formiga” - da Equipe C de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1970.
- 91 - Segundo Tenente do Exército Portugal - do PIC do BPE/SP, comandante interno desse Pelotão em 1971.
- 92 - Sargento do Exército Chaves - do PIC do BPE/SP em 1971.
- 120 - “Overland” - “Ze Bonitinho” - da Equipe C de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) desde 1970. E carereense.
- 94 - Soldado da Polícia Militar de SP Mauricio - “Alémô” - auxiliar de carceragem e interrogatório da Equipe C do CODI/DOI (OBAN) desde 1970. Residiu em Osasco.
- 95 - Capitão da Polícia Militar de SP Tomaz - “Tião Bonitão” - da Equipe A de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1970.
- 136 - Sargento do Exército Vasconcelos - do PIC do BPE/Brasília em 1972.
- 137 - Sargento do Exército Ribeiro - do PIC do BPE/Brasília em 1972.
- 138 - Capitão do Exército Madrugá - “Meireles” - do PIC do BPE/Brasília em 1972.
- 139 - Cabo do Exército Egon - do PIC do BPE/Brasília em 1972.
- 140 - Capitão Paraqueidista do Exército Magalhães - da Brigada de Paracaidistas do Rio de Janeiro. Encarregado de atividade repressiva na região de Xambúna (GO) em 1972.
- 141 - Cabo do Exército Nazareno - do PIC do BPE/Brasília em 1972.
- 142 - Sargento do Exército Avro - do 10º BC em Goiânia (GO) em 1972.
- 143 - “Rubens” - da Equipe A de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1972/1974.
- 144 - “Romualdo” - da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) no período de 1973/1974.
- 145 - Malhões - do CIEX/RS, com atividade também em outros Estados, no período de 1970/1972. E oficial do Exército.
- 146 - “Turoco” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1972/1974 e também é auxiliar de carceragem. E soldado da Polícia Militar de São Paulo.
- 147 - “Satanas” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972. Também auxiliou nos espancamentos.
- 148 - “Santana” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972. Também auxiliava nas sevícias.
- 149 - “Leão” - chefe de equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.
- 150 - Soldado da Polícia Militar de SP Sousa - auxiliador de carceragem do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.
- 151 - Sargento do Exército Ferronato - do quartel de Lins (SP) em 1973.

- 152 - Delegado de Polícia Renato D’Andréa - delegado do DEOPS/SP comissionado no CODI/DOI (OBAN) desde 1970. Em alguns períodos atua no DEOPS/SP, onde foi chefe de uma equipe de investigadores na Delegacia de Ordem Social. Em outros, atua no CODI/DOI (OBAN), onde, atualmente é responsável pelo setor de apreensão de material.
- 153 - Delegado de Polícia Fábio Lessa - do DEOPS/SP no período de 1969/1971. Atualmente é diretor do presídio para policiais civis detidos, localiza-
- do na Penitenciária do Estado de São Paulo.
- 154 - Delegado de Polícia Roberto Cardoso de Mello Tucunduva - do DEOPS/SP no período de 1969/1970.
- 155 - Major do Exército Otton - comandante do PIC do BPE/Brasília em 1972.
- 156 - Delegado de Polícia Valdir Simonetti - do DEOPS/SP em 1969.
- 157 - Delegado de Polícia Valter Fernandes - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1969.
- 158 - Delegado de Polícia Ivoaury de Freitas Garcia - diretor do DEOPS/SP em 1969. Atualmente é deputado federal por São Paulo.
- 159 - Delegado de Polícia Luiz Gonzaga Santos Barbosa - diretor de carceragem do DEOPS/SP comissionado no CODI/DOI (OBAN) em 1970.
- 160 - Delegado Benedito Nunes Dias - diretor do DEOPS/SP em 1969, em substituição a Ivoaury de Freitas Garcia.
- 161 - Delegado de Polícia Dêcio Magda - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1971. Posteriormente foi preso por corrupção.
- 162 - Delegado de Polícia Fausto Madureira Pará - do DEOPS/SP no período de 1971/1972.
- 163 - Delegado Maranhão - do DEOPS/SP em 1974.
- 164 - Delegado de Polícia Aera - do DEOPS/SP no período de 1971/1972.
- 165 - Delegado de Polícia David Hazan - do Departamento de Vigilância Social (DVS, ex-DOPS) em 1970.
- 166 - Delegado de Polícia Marco Aurélio - do DOPS/RS no período de 1970/1972.
- 167 - Delegado de Polícia Firmiano Lopes Cardoso - do DOPS/RS no período de 1971/1972.
- 168 - Delegado de Polícia Valter - do DOPS/RS no período de 1970/1973.
- 169 - Delegado de Polícia Cláudio Roca - do DOPS/RS no período de 1970/1972.
- 170 - Delegado de Polícia Aarão de Paula e Silva - “Correinha” - do DEOPS/SP em 1971, onde auxiliava nos interrogatórios. Tido como elemento do Esquadrão da Morte.
- 171 - Investigador Ademair Augusto de Oliveira - “Pinheiro” - do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) de São Paulo. Torturou presos políticos no DEOPS/SP em 1971, quando lá se encontrava oficialmente preso. Tido como membro do Esquadrão da Morte.
- 172 - Investigador Júlio César Ribeiro Campos - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1969.
- 173 - Odion Ribeiro Campos Filho - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1969.
- 174 - Investigador Venceslau Sá Sobrinho - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1974, onde desempenhava também a função de escrivão. Posteriormente preso por corrupção.
- 175 - Desempenhador Miguel José Oliveira - da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1971, onde fazia parte da equipe do delegado Fleury.
- 176 - “Goiano” - do DEOPS/SP em 1971. E investigador de polícia.
- 177 - “Sargento de Polícia” - chefe dos investigadores do DEOPS/SP a partir de 1970.
- 178 - “Alcibiades” - carceiro do CODI/DOI (OBAN) em 1970/1971. Atualmente é guarda na Penitenciária de São Paulo.
- 179 - Sargento-carceiro DEOPS/SP desde 1969.
- 180 - Adão - carceiro do DEOPS/SP desde 1969.
- 181 - Augusto - carceiro do DEOPS/SP desde 1970.
- 182 - Lessa - carceiro do DEOPS/SP no período de 1970/1974.
- 183 - Monteiro - do DEOPS/SP em 1974, investigador.
- 184 - “Ringo” - chefe de equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) em 1972.
- 185 - “Samuca” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) em 1972.
- 186 - “Bela” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) em 1972, E do Exército.
- 187 - “Ringo” - chefe de equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.
- 188 - “Cacavei” - agente do DPE/Goias.
- 189 - Lima - da equipe de análise do CODI/DOI (OBAN) em 1972, E do Exército.
- 190 - Lima - da equipe de análise do CODI/DOI (OBAN) em 1972.
- 191 - “Ringo” - chefe de equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.
- 192 - Sargento da Polícia Militar SP Dulcino Vanderlei Boschella - “Juz” - do CODI/DOI (OBAN) no

período de 1972/1973, onde exercia a função de escrivão. E juiz de futebol.

193 - Capitão do Exército Roberto Poutsuschka Filho - do CODI/DOI (OBAN) no período de 1969/1970.

No segundo semestre de 1971 foi do Conselho Permanente da 2ª Auditoria CIA.

194 - Capitão do Exército Pedro Ivo Motzila Lima - responsável pela Seção Administrativa do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.

195 - Paulo Henrique Sawaia Júnior - da Coordenação do CODI/DOI (OBAN) em 1969/1970. Arrecadou finanças entre os industriais para sustento de alguns órgãos. Participou de equipes de busca.

196 - Delegado Cavallari - delegado do DEOPS/SP comissionado no CODI/DOI (OBAN) em 1970.

197 - “Jobê Johnson” - investigador do DEOPS/SP comissionado no CODI/DOI (OBAN) em 1970.

198 - Tenente da Polícia Militar de SP Loti - chefe de equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972. Anteriormente foi comandante da guarda do recolhimento de Presos Traidentes.

199 - Sidnei - carceiro do CODI/DOI (OBAN) em 1971.

200 - Soldado da Polícia Militar de SP Diniz - “Quines” - auxiliar de carceragem do CODI/DOI (OBAN) desde 1970.

201 - Soldado da Polícia Militar de SP Gabriel - auxiliar de carceragem do CODI/DOI (OBAN), desde 1970.

202 - Soldado da Polícia Militar de SP Rossi - “Luiz” - auxiliar de carceragem do CODI/DOI (OBAN) desde 1970.

203 - Soldado da Polícia Militar de SP Sadei - auxiliar de carceragem e de torturas do CODI/DOI (OBAN) desde 1971.

204 - Capitão de polícia - auxiliar de carceragem do CODI/DOI (OBAN) desde 1972.

205 - “Chano” - auxiliar de carceragem do CODI/DOI (OBAN) desde 1972.

206 - Cabo do Exército Abel - “Foguinho” - responsável pelo “rancho” do CODI/DOI (OBAN) em 1971. Em 1972 passou a equipe de busca. E pernaburco do aniluburo.

207 - “Marlinoher” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.

208 - “Lopes” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1972.

209 - “Bambê” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) no período de 1971/1973.

210 - “Simas” - da equipe de busca do CODI/DOI (OBAN) em 1972. E vendedor de livros.

211 - Major do Exército Domingão - do CODI/DOI no período de 1972/1973. (E escrivão de polícia). No CODI/DOI (OBAN).

212 - “Toureiro” - da Equipe B de interrogatório do CODI/DOI (OBAN) em 1973.

213 - Delegado de Polícia Laudelino Coelho - diretor do DVS (GO) no período de 1968/1972.

214 - Agente Ubratun Lima - do DPE/Ceará, no período de 1964/1970.

215 - Major do Exército Dalmaturo - da Brigada de Paracaidistas do Rio de Janeiro.

216 - Major do Exército Domingão - do CODI/GB.

217 - Comissário Mário Borges - do DOPS/GB, em 1970.

218 - Nelson Sarmiento - do CENIMAR e DVS (ex-DOPS) MG, desde 1964.

219 - Sargento do Exército Sakai - do PIC do BPE/SP em 1971.

220 - Sargento do Exército Alcibades - do PIC do BPE/SP em 1971.

221 - “Sibyr” - do CENIMAR/GB, há vários anos.

222 - “Dr. Cesar” - do CODI/GB, no período de 1972/1973. (E escrivão de polícia).

223 - Escalarte - do DV (ex-DOPS/MG), em 1970.

224 - Machado - do DOPS/RS, no período de 1970/1972.

225 - “Felpão” - do DVS (ex-DOPS) (MG, em 1971. E do DOPS/RS em 1970/1972).

226 - “Padre” - do DPE/SP, em 1970.

227 - Tenente do Exército Marcelo - do 12º RI, em 1971.

228 - Horacio (MG), em 1971.

229 - Sargento do Exército Nogueira - do PIC do BPE/Brasília, em 1972.

230 - “Overland” - do DOPS/SP em 1970, no BC em Goiânia, em 1972.

231 - Coronel do Exército Ari - do BPE/Brasília, em 1971.

232 - “Cacavei” - agente do DPE/Goias.

233 - “Carajá” - agente do DPE/Goias.

234 - “Tonto” - agente do DPE/Goias.

Leia na página 11, um relato do caso Herzog, escrito pelos advogados da família, entre eles Heleno Claudio Fragoso.

EM TEMPO - Há alguma perspectiva de mudança no tipo de atendimento médico no INPS?

GENTILE - Que eu saiba, não. Pelo menos, no último pronunciamento que eu assisti, ao vivo, do presidente do INPS, não há nenhum indício de que se pretenda introduzir qualquer modificação. E já que ele não disse, digo eu: no momento, a política do INPS continua privilegiando os produtos do serviço de saúde.

EM TEMPO - Como é que anda a nossa situação médico-sanitária?

NORONHA - O problema, hoje, no Brasil, é que a gente tem um quadro de situação sanitária bastante heterogêneo. Como o desenvolvimento econômico é bem desligado do social, a gente vê, de um lado, persistirem problemas como as grandes endemias - esquistossomose, doença de Chagas, a mortalidade infantil extremamente elevada em determinadas zonas - e, de outro lado, a inversão dessas tendências, com o aparecimento do câncer, a mortalidade por doenças do coração, por acidentes vasculares - cerebrais, doenças do sistema nervoso central, doenças degenerativas, etc. São dois tipos de nosografia, de espécies de doença; é como se coabitasse, de certa maneira, dois tipos de situação: a primeira, digna de países de certo nível de desenvolvimento; a segunda, de países no mais negro subdesenvolvimento... Hoje em dia, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, já não predominam as diarreias infecciosas; como primeira grande causa de mortalidade, como no Brasil de 1950; mas, em compensação, a gente ainda vê isso nos municípios vizinhos, como Nova Iguaçu - onde predominam as populações de baixa renda, com piores condições sanitárias, etc.

GENTILE - Esse é o grande problema. A desigualdade da distribuição de renda permanece do mesmo jeito ou pior: nos últimos anos, tem havido cada vez maior concentração de renda. Na Inglaterra onde existe desigualdade na concentração de renda, 10% da população dispõem de 24% de renda do país; no Brasil, esses mesmo 10% dispõem de 54% da renda nacional.

AROUCA - Em resumo: as condições de saúde de uma sociedade dependem, basicamente, de como esta mesma sociedade está produzindo e distribuindo seus bens materiais. Na medicina previdenciária do atual momento brasileiro, o que interessa ao patrão é que a mão-de-obra que adoce hoje retorne ao trabalho amanhã.

PAULO - No entanto, apesar da gente saber disso tudo, as análises que estão aparecendo são inexatas. Ultimamente, a coisa está sendo tão desvirtuada, que a gente vê todas as questões da área de saúde caírem nas costas de uma única figura: o médico!

ULISSES - É aquela história da "Máfia de Branco"...

GENTILE - Pois é. Mas o médico, aí, tipifica um fenômeno que está ocorrendo na área médica. Ou seja: chegou o momento em que determinados segmentos da sociedade estão sofrendo as repercussões des-

favoráveis da política médico-assistencial. O médico é o símbolo.

ANA MARIA - Voltando à questão social: até a neurose tem as suas diferenças. A potencialidade de neurose de uma mulher das classes menos favorecidas é muito maior do que a da mulher de classe média. Porque além de todos os problemas que esta enfrenta - de opressão, problema afetivo, excesso de trabalho, etc. - a proletária ainda tem o problema da sobrevivência...

GENTILE - Eu quero entrar nessa briga! Deixa eu falar: eu acho que, de fato, a saúde se distribui como se distribui a renda. Isso é pacífico. Em termos mais globais as pessoas mais pobres são mais doentes, morrem mais cedo, têm uma expectativa de vida menor: morrem de sarampo, morrem de meningite, morrem de tudo. A meningite, em São Paulo, já existia há muito tempo. E já tava morrendo gente. Mas quando as babás do Morumbi começaram a ter meningite, aí sim... Aí a coisa começou a ser problema de saúde pública.

EM TEMPO - Além disso, os mecanismos de assistência médica se distribuem desigualmente...

NORONHA - Claro. Mas essa situação toda não tem raiz apenas na oferta inadequada de assistência médica. Ela tem suas raízes, basicamente, nas próprias condições de vida da população menos favorecida. Quer dizer: o que faz com que a diarreia esteja em primeiro lugar entre as causas de mortalidade em Nova Iguaçu e no interior é, além das más condições sanitárias locais, as más condições de vida da população, a sua baixa renda, que faz com que as pessoas se alimentem mal, tenham más condições de moradia, etc. A assistência médica é apenas um dos elementos que podem contribuir para a melhoria dos índices de saúde. A participação da assistência médica é extremamente limitada. Um exemplo típico disso é o que aconteceu com a tuberculose nos Estados Unidos: ela caiu, no índice de mortalidade, em função da melhoria de condições das populações. E isso, muito antes da descoberta do bacilo de Koch...

EM TEMPO - Quer dizer: a questão central são as condições de vida da população...

NORONHA - Exato. Condições de alimentação, habitação, etc. Há uma relação clara entre o aumento das taxas de mortalidade infantil e a diminuição do salário mínimo real. São fatores, digamos assim, extra-médicos.

AROUCA - Então, deixa eu aproveitar pra esculhambiar o Ivan Illich, com aquela história de medicalização da sociedade. Em todo momento de crise, há sempre um filósofo do caos. Apesar de todas essas questões óbvias, o Ivan Illich fica na crítica dos males exclusivamente relacionados com 10% da população - 10% que têm acesso a serviço médico e razoáveis condições de vida, alimentação, moradia, etc.

Além disso, coloca a Medicina como um saber que não tem efeito. Pra mim, o Ivan Illich é uma farsa! Porque eu não estou absolutamente preocupado com estes 10 por cento...

Debate : O médico e a saúde do país.

Numa concentração realizada esta semana em São Paulo, 500 médicos residentes lançaram uma Carta Aberta à População, exigindo do governo um ensino voltado para as necessidades da população. Eles estão em greve reivindicando melhores salários e acreditam que o movimento se enquadra num contexto mais amplo: "Marcamos um importante passo no questionamento do setor saúde, parte de uma luta maior da população".

Os grevistas estão submetidos a jornadas de trabalho de até 100 horas semanais - nos plantões chegam a ficar 36 horas seguidas. Como pagamento, recebem cerca de Cr\$ 3 mil-média- sendo que muitos trabalham de graça, a título de "experiência". Não há direitos trabalhistas garantidos, como FGTS, 13º salário, direitos previdenciários.

O sistema de saúde no país é debatido nesta página por seis médicos do Rio: o sanitarista Sérgio Arouca; o professor em psiquiatria Ulisses Vianna Filho, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Paulo César Geraldez, do Centro de Estudos da Casa de Saúde Dr. Eiras; Ana Maria Tambelini Arouca, do Instituto de Medicina Social da UERJ e do Instituto Osvaldo Cruz; o sanitarista Carlos Gentile de Melo, autor de "Saúde e Assistência Médica no Brasil"; e o professor José Noronha, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e coordenador do projeto de Medicina Simplificada de Austin, Nova Iguaçu.

Gentile : "a saúde se distribui como se distribui a renda"

ANA MARIA - Palmas!

EM TEMPO -Uma outra coisa: o problema do INPS. Estão dizendo por aí que toda essa campanha de desmoralização do INPS é uma manobra para criar condições favoráveis à entrada das multinacionais de medicina. A classe média, mal atendida, passaria a ser cliente das organizações privadas que atuam em convênio com os hospitais da cidade (tipo Golden Cross e outras) e o médico, por sua vez, ficaria com a responsabilidade maior sobre seus próprios ombros, e acabaria apelando também para a multinacional, no sentido de cobrir as indenizações pagas por erro, como acontece nos Estados Unidos.

AROUCA - Por enquanto, eu não vejo isso, não! No Brasil, o médico pode errar quanto quiser. Se alguém conseguir me apontar cinco exemplos de médicos que foram processados no último ano, eu dou um doce.

PAULO - Mas a gente não fica sabendo, porque esses processos ficam na esfera reservada dos conselhos de medicina...

GENTILE - E daí? O CRM não indeniza ninguém, não obriga ninguém a pagar!...

AROUCA - Olha, eu acho o seguinte: ao nível da organização e da prestação de serviços, a multinacional não representa absolutamente nada. Ela só entra, fundamentalmente, na indústria de medicamentos. Isto é que é importante. É mais importante do que isso é a política do Estado, que é de privilegiar o setor privado. Eu já cansei de ouvir técnicos em Previdência Social afirmarem que os problemas da Previdência Social se resumem a problemas éticos dos médicos que atendem lá. Mas eu acho que essa gente ainda não entendeu o principal: o maior problema ético dos médicos não é a prática - é a forma como estão organizados os serviços médicos nesse país.

EM TEMPO - Qual seria a função do médico, hoje?

AROUCA - Em primeiro lugar, eu acho que o médico tem que entender que nenhum técnico, nenhum ministério, vai mudar essencialmente a situação que a gente está vivendo hoje. A experiência histórica que se tem de mudanças sociais no setor de saúde prova que elas são decorrentes de movimentos sociais mais amplos. Não são feitas por técnicos. A nossa função, enquanto técnicos, é a de conseguir informar à população sobre tudo isso. E de estar junto dela nas propostas de movimentos para mudar. Aí é que está a nossa força. No instante em que nós começamos, por exemplo, a desmistificar o problema da saúde; no instante em que nós colocamos a atual organização do setor e a quem ela está beneficiando; neste momento, nós estamos contribuindo para uma mudança...

NORONHA - O próprio Ministério da Saúde, na última Conferência Nacional de Saúde, tenta propor algumas medidas. Ouve-se falar muito em regionalização e hierarquização dos serviços de saúde. Isto é: a localização, a divisão dos servi-

ços de saúde no conjunto do país, com clientela mais ou menos definidas, através de níveis crescentes de complexidade. Quer dizer: serviços bem simples; serviços medianamente complexos; e assim, sucessivamente, até os hospitais mais especializados. Vale dizer que a maioria das pessoas que demandam assistência médica exigem pouca sofisticação tecnológica. Então, seria uma graduação, de acordo com a necessidade de serviços, e uma inversão do que ocorre hoje, que é justamente o excesso de serviços altamente especializado, em detrimento dos serviços de assistência básica.

EM TEMPO -Mas o Ministério da Saúde vai liberar verbas para isso?

NORONHA - Não, ele postula essas necessidades. Mas deixa eu seguir em frente: a questão é justamente não só formular esses princípios, mas estudar a possibilidade concreta de viabilizar uma política de assistência médica mais ampla. Em termos concretos, existe a experiência da Secretaria de Saúde de Minas Gerais - tentando criar postos de atendimento mais simples, para os problemas que afligem a maioria da população (diarreias, resfriados, etc.) e há outras experiências de menor vulto, localizadas em algumas universidades, como é o caso da UFRJ, que está com um programa no município de Austin, em Nova Iguaçu. Claro que é um programa limitado, mas já faz parte de uma tentativa de organização de prestações de serviço, através da articulação de um posto da secretaria de saúde com o pessoal local, treinado para isso.

EM TEMPO - Até que ponto esses projetos existentes, em termos de Medicina Social, são consequentes e, têm alguma garantia de continuidade?

NORONHA - É uma boa pergunta. Eu acho que todas essas coisas só têm sentido, de fato, e só vão ganhar corpo, na medida que forem projetos de algum grupo social. Eu, sozinho, não vou convencer o INPS a financiar esse tipo de assistência médica. Eu sei que há pessoas - donos de hospitais, por exemplo - que se beneficiam do tipo atual de assistência médica. Então, pra reverter isso, é preciso que exista um projeto de algum grupo social. E, talvez, mais importante do que as próprias experiências regionais, seja a oportunidade de se começar a conversar sobre essas questões de saúde - sobre a desigualdade de acesso; sobre a universalidade de assistência médica, isto é, o direito de toda e qualquer pessoa de ser atendida em todo e qualquer hospital, etc. Eu acho que o importante é isso: que esse debate se transforme e se coloque enquanto reivindicação, enquanto processo de luta de diferentes grupos da sociedade - seja através de associações de bairro, seja através de seus sindicatos, seja através de seus partidos políticos e representações em geral.

Participaram da matéria:

Maria Helena Malta,
Ruth Joffily,
Bernardo Karan.

Arouca : "o que interessa ao patrão é que a mão de obra que adoce hoje,retorne ao trabalho amanhã".



ZIMBABWE (Ex-Rodésia)

A libertação está na ponta do fuzil

“Acreditamos que a única solução real, que pode nos conduzir à verdadeira independência, é a que vem da ponta do fuzil. Não existe solução negociada com os colonizadores”.

Roberto Mugabe, que, juntamente com Joshua Nkomo, lidera a Frente Patriótica.



Teurai Ropa, secretária dos assuntos femininos da ZANU.

A tentativa de capitalismo internacional de conter o avanço das lutas revolucionárias na África - com as intervenções militares no Zaire, via França e Bélgica, primeiramente, e agora por meio da proposta da força "interafricana" - tende a intensificar o enfrentamento bélico entre as forças nacionalistas negras e os regimes colonizadores brancos e seus fantoches.

A falta de estratégia, ou a utilização de táticas localizadas, demonstrou a completa perda de terreno do imperialismo, quando da libertação de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. A tentativa, recente, é a de buscar um enfrentamento global para a situação do continente. Tudo indica que ela é tardia e está, em termos gerais, destinada ao fracasso.

Levantando material obtido em Zimbabwe (Rodésia, para o impe-

rialismo) pela revista Cuadernos del Tercer Mundo (nºs 17 e 20) e pela revista Temple, de Moçambique, em sua última edição, EM TEMPO dá, aqui, um quadro geral da situação política da luta de libertação da Frente Patriótica de Zimbabwe, que visa derrubar o regime de minoria branca e construir uma nova sociedade sob a hegemonia da maioria negra do país.

O que é a Frente Patriótica

Segundo palavras de Robert Mugabe, um dos líderes da Frente Patriótica, juntamente com Joshua Nkomo, "a Frente foi formada no final de dezembro de 1976 porque sentimos que, política e militarmente, deveríamos reunir as duas únicas organizações que têm exércitos para, juntas, consolidar o processo de luta revolucionária.

Acreditamos que a união num só exército, com comando único, acelerará cada vez mais, a queda do regime rodesiano. Mas temos

sidado cuidadosos e medimos cada novo passo no sentido da unificação das duas organizações (ZANU e ZAPU) respectivamente, União de Organizações Populares de Zimbabwe e União Nacional Africana de Zimbabwe). Todas as duas existem há 14 anos, quase 15. E, naturalmente, os militantes têm desenvolvido sentimentos próprios em relação à sua organização, no decorrer da luta. A medida que damos passos na unificação, devemos sempre conduzir conosco, em cada etapa, todas as forças que possuamos".

A tradição do "acordo interno"

O "acordo interno", assinado no dia 3 de março, em Salisbury (capital), por Ian Smith, Jeremiah Chrau (chefe tribal, "fiel aliado dos colonizadores"), Abel Muzorewa (considerado um "bispo ambicioso", o primeiro metodista de raça negra da Rodésia), e Ndabangui Sithole (ex-presidente da ZANU, considerado agente da CIA norte-americana), já está condenado ao fracasso. Aliás, sempre esteve, segundo Mugabe. Não é prá-

menos: simbolicamente, ele foi assinado sob um enorme quadro de sir Cecil Rhodes, o colonizador britânico que deu seu nome à Rodésia. O significado do acordo não merece comentários (leia o quadro).

Os "líderes nacionalistas" que capitularam - Muzorewa, Sithole e Chirau - representam uma incipiente burguesia negra, composta por chefes tribais. O que acontece, porém, é que não existe espaço, dentro do regime colonial, para o desenvolvimento de uma burguesia africana, que é extremamente minoritária. A grande maioria da população não tem a mínima condição de ser "representada" por essas três "incipientes frações burguesas".

Não é à toa, portanto, que a essa altura do desenvolvimento da luta, não existe acordo possível, a não ser por meio da efetiva e definitiva substituição do poder branco, tendo por interlocutor a Frente Patriótica. Essa é uma opção. A que é apresentada pela Frente. A outra, a guerra. Que a Frente está vencendo.



O que deve mudar

Desde 1965, quando os colonizadores brancos da Rodésia do Sul declararam-se unilateralmente "independentes", estabelecendo um regime racista que não foi reconhecido pela comunidade internacional, diversas propostas surgiram para resolver a situação do país. A primeira delas foi apresentada pela Grã Bretanha, em 1971, e foi recusada pelos dirigentes nacionalistas, inclusive o que, recentemente, assinaram o "acordo interno", que não inclui concessões maiores. em 1976, diante do avanço da luta armada, os Estados Unidos e a Grã Bretanha elaboraram um plano de transição para a independência da Frente Patriótica. Em síntese, eis aqui as diversas propostas existentes para o problema rodesiano.

	Situação atual	Proposta britânica de 1971	"Acordo interno" de 1978	Plano anglo-norte-americano	Programa da Frente Patriótica
Direitos políticos	Os "europeus" (brancos) são os únicos cidadãos que possuem direitos plenos. Apenas uma minoria de negros, com educação superior e altas rendas, pode votar nas eleições. Os chefes tribais também possuem algumas prerrogativas especiais. Os negros, de modo geral, têm que justificar seus deslocamentos e estão proibidos de residir em certas áreas. Não podem assumir cargos de responsabilidade na administração pública, na empresa privada e no Exército.	Estabelecia uma dupla lista de eleitores brancos e negros. Para integrá-la, os negros deviam possuir uma renda anual superior a mil e 800 dólares (cerca de 32 mil e 400 cruzeiros). As vagas civis seriam preenchidas por um sistema de méritos. Uma comissão de três membros (dois deles brancos) apresentaria propostas para abolir gradualmente a discriminação racial.	Sufrágio universal a partir dos 18 anos. Persistem as listas separadas para as eleições legislativas, com o que o voto de um branco equivaleria ao de dez negros. O governo de transição, de composição ainda indefinida, se encarregaria de elaborar um mecanismo para abolir a discriminação racial. Reconhece-se a "dupla cidadania" (rodesiana e britânica) dos colonizadores que a tenham.	Aceita o princípio de "um homem, um voto", sem discriminação racial. Todos os cidadãos de Zimbabwe teriam igualdade de direitos, mas se estabeleceriam "garantias" para salvaguardar a propriedade dos colonizadores brancos.	Igualdade de direitos para todos os habitantes. Abolição de toda forma de discriminação. Os brancos poderão optar pela nacionalidade zimbábue ou se submeterem, como estrangeiros, às leis do país.
Executivo	O primeiro-ministro (Ian Smith) e seu gabinete são designados pelo Parlamento, majoritariamente branco. Quatro chefes tribais negros desempenham cargos ministeriais de importância secundária.	A única variação prevista seria a que poderia resultar das mudanças no Parlamento.	O Conselho de Estado (máxima autoridade durante o período de transição) está integrado pelos quatro assinantes do acordo, cada um dos quais com o direito de veto. As pastas ministeriais terão dois titulares (um branco e um negro).	Um governador geral britânico (já foi proposto para o cargo o marechal de campo lord Graver) exerceria o poder Executivo no período de transição para um governo da maioria negra.	O Conselho de Governo, integrado pela Grã Bretanha e a Frente Patriótica, exerceria o poder durante o período de transição ao governo da maioria negra.
Parlamento	O Legislativo é composto por duas câmaras. Assembleia de 66 deputados (50 eleitos pelos brancos, 8 pelos negros, que podem votar, e 8 designados pelos chefes tribais). Senado de 23 membros (13 brancos e 10 chefes tribais) eleitos pela Assembleia.	Na medida em que aumentasse a renda dos negros cresceria o seu número de eleitores. A representação negra no Parlamento cresceria proporcionalmente até atingir, num prazo indefinido, uma paridade de 50 legisladores "europeus" e 50 "africanos".	Cem legisladores. 72 eleitos por sufrágio universal. 28 cadeiras reservadas aos brancos, os quais terão poder de veto, já que, durante 10 anos, toda emenda constitucional requererá uma maioria especial de 78 votos.	Prevê-se eleições supervisionadas por um governador geral britânico, durante o período de transição. O voto seria universal, sem distinção de raças. Ainda não foi especificada a composição dessa Câmara nem seu poder constituinte.	A Frente estaria disposta a aceitar eleições para uma Assembleia durante o governo de transição caso possa participar em sua supervisão, ou caso a Assembleia se submetesse a um organismo neutro. A Frente de Zimbabwe, a plena soberania para adotar o sistema de governo que lhe convier, sem qualquer intervenção estrangeira.
Exército e poderes públicos	Serviço militar obrigatório de quatro anos para todos os rapazes brancos, que compõem, com exclusividade, o corpo de oficiais. Grande quantidade de mercenários estrangeiros. Os negros são obrigados a integrar a tropa. A burocracia estatal está composta por brancos em todos os cargos de responsabilidade ou de autoridade.	Alguns negros poderiam entrar, por méritos, na oficialidade e na burocracia estatal. Previa-se uma anistia para os dirigentes nacionalistas no exílio, mas os guerrilheiros estavam sujeitos a julgamento por "crimes comuns".	Cria-se uma Junta de Serviços Públicos, que exclui seus membros do controle parlamentar. Esta junta protegerá aos empregados públicos atuais, em sua grande maioria brancos. Declara-se a "independência política" dos serviços públicos, da polícia, das prisões, do poder judiciário e das Forças Armadas. O Parlamento não poderá intervir nesses setores, com o que se perpetua o seu controle pelos colonizadores.	Prevê-se a formação de um novo Exército para Zimbabwe, dirigido pelo governador-geral britânico. Este, se basearia nas forças combatentes da Frente Patriótica, incluindo elementos dos atuais Rhodesian African Rifles (batalhões formados por negros), se completaria com novos recrutas e membros do Exército rodesiano. As forças repressivas e de segurança da Rodésia seriam desmanteladas sob o controle da ONU.	Propõe basear o futuro Exército de Zimbabwe nas suas próprias forças, estimadas entre 15 mil e 40 mil homens. Incorporaria alguns milhares de soldados (brancos e negros) do atual Exército rodesiano. A Frente considera que a presença de suas forças guerrilheiras "é a única garantia da irreversibilidade do processo de transição".
Terras e propriedades	Segundo a Land Tenure Act, de 1971, o país está dividido em duas partes de superfície praticamente igual: a "Região Europeia", onde se localizam as melhores terras e que só pode ser propriedade dos 250 mil brancos, e a "Região Africana", onde se distribuem as terras tribais e privadas de 6 milhões de negros. Os negros não podem possuir indústrias, nem casas comerciais, grandes ou médias.	A comissão encarregada de estudar a discriminação racial também recomendaria medidas para revisar a Land Tenure Act.	Dado o poder de veto dos brancos no Parlamento, o novo dificilmente poderá emendar a Land Tenure Act. Por outro lado, garante-se que toda expropriação será indenizada e que os atuais empregados do Estado que emigram seguirão recebendo seus salários no exterior.	O plano original, elaborado por Kissinger, previa a constituição de um fundo de 3 bilhões de dólares para indenizar os brancos cujas terras ou propriedades fossem expropriadas. O plano atual é menos concreto, mas igualmente limita as expropriações a um número "justificado" de casos, sempre com indenizações prévias.	A Frente considera que não existirá mudança real em Zimbabwe caso a Land Tenure Act não seja imediatamente abolida e recusa, nas negociações com Washington e Londres, toda intenção de coagir o direito do futuro Estado de legislar sobre propriedades e terras, assim como sobre as modalidades de expropriação e indenização.

A palavra do povo



A Rádio Moçambique tem um programa que se chama "A Voz do Zimbabwe". No mínimo, 40 cartas chegam por semana na rádio, enviadas, em sua grande maioria, do Zimbabwe e das minas da África do Sul onde trabalham cerca de 120 mil mineiros zimbábueanos. Algumas vêm de Botswana e da Zâmbia.

Escrita em inglês, shona e ndebele (línguas tribais), ou numa mistura das três, essas cartas revelam a consciência crescente do povo na luta contra o regime de Smith, contra os seus fantoches e contra o imperialismo. A revista Tempo, de Moçambique, em seu último número, publicou uma coleção dessas cartas com o seguinte comentário: "Essas cartas escritas em papel pobre são documentos históricos; documentos que permitirão

aos historiadores, um dia, fundamentar as suas análises na base inequívoca da opinião popular".

E Frente Patriótica, por meio do seu programa na estação "C" da Rádio Moçambique, iniciou a campanha de pedido de cartas com as opiniões do povo de Zimbabwe sobre a luta de libertação do dia 26 de novembro do ano passado.

Eis aqui uma amostragem dessas cartas:

"No dia 3 de novembro de 1977, entre Beit Bridge e Pande Mine Road, 116 pessoas morreram por terem bebido água envenenada, enquanto soldados rodesianos apontavam suas armas obrigando as pes-

soas a beberem essa água. Antes, 19 soldados de Smith tinham sido mortos pelos guerrilheiros. O tumulto dessas 116 pessoas está a 15 quilômetros de Pande Mine, perto da estrada."

Este ano de 1978, no dia 28 de março, Beit Bridge foi fortemente bombardeada pelos guerrilheiros. A estação de caminhões de ferro foi destruída e o quartel da patrulha quase foi atingido.

No dia 9 de abril, o povo das aldeias se recusou a ir para o campo de concentração e fugiu para as montanhas. Smith enviou 4 helicópteros para bombardear, incluindo mulheres e crianças. 317 pessoas morreram num lugar chamado Penemene, na área do chefe Hlumira, a 50 quilômetros de Beit Bridge.

Os guerrilheiros estão cá em Beit Bridge. O povo compra-lhes roupa e da-lhes comida."

T.S. - Beit Bridge/ZIMBABWE

"por favor venham depressa buscar-me porque eu quero juntar-me aos guerrilheiros. Trabalho como jardineiro e ganho 15 dólares por mês. Estou no 2º ano do liceu. Espero ser um dos guerrilheiros contra a Rodésia."

P.D.S. - Selous/ZIMBABWE

"Da minha família o meu irmão já alinhou na luta e eu também quero. Sou uma rapariga de 20 anos de idade."

C. Musani/ZIMBABWE

"Não sei o que Ian Smith e o seu regime querem dizer com "terroristas". Eles é que são terroristas. Não queremos conversações internas. Queremos lutar até o fim. Estou pronto para lu-

tar pelo Zimbabwe e não pela Rodésia."

P.O - ZIMBABWE

"Filhos e filhas do Zimbabwe."

"É verdade, meus camaradas, este chamado acordo interno é abominável. Não há justiça nele e não nos interessa. Queremos uma solução pacífica através do cano das espingardas. Este acordo foi feito para os interesses dos brancos e dos fantoches negros. Pedimos aos nossos irmãos e irmãs para se verem livres destes robots."

J.G. - Gueto/ZIMBABWE

"Desde a assinatura do chamado governo interino ninguém pode dizer que há liberdade verdadeira porque a polícia e o exército continuam a torturar e matar os africanos de todas as

maneiras possíveis. Portanto, é uma loucura pensar que com os líderes internos vamos conseguir uma independência genuína. Sithole e os seus seguidores que apelam para cessar-fogo devem ser vitados porque eles estão a lutar pelos seus interesses pessoais comandados pelo mestre e pasador Ian Smith."

P.N. - Gaberone/BOTSWANA

"Quem são esses zimbábueanos que vivem ainda na escuridão? Sinto vergonha daqueles que apoiam a bispo, o reverendo e o chefe. Soma guerra da Frente Patriótica eles não teriam sequer conseguido acordo interno. Por que é que Smith não fez isso há 8 ou 11 anos quando ainda não estavam armados?"

K.M. - Carletonville/AFRICA DO SUL

Peru

Constituinte pela metade



A eficácia que vinha tendo o mundial de futebol da Argentina, e em particular as atuações do selecionado peruano, perdeu o seu sabor inicial. E até poderia dizer-se que a Constituinte peruana foi igual à seleção de futebol do Peru. Começou bem e terminou de maneira frustrante.

Nas semanas anteriores à data das eleições, que foram adiadas por 14 dias o país inteiro foi sacudido por intensas mobilizações populares.

Em princípio de maio, o professorado de todo o país entrou em greve. Em 14 de março, ao anunciar-se o pesado pacote de medidas econômicas do Governo de Bermudez, de duras consequências sobre a economia popular, acendeu-se uma fulminante centelha que originou inúmeros atos de protestos entre os quais se destaca pela sua magnitude a paralisação nacional dos dias 22 e 23.

Logo depois desta manifestação, os professores continuaram desenvolvendo sua greve nacional e se converteram num setor social que chamou a atenção da opinião pública. O condimento de toda esta situação foi a atitude repressiva do Governo, que prendeu milhares de pessoas, a maior parte das quais postas em liberdade; mantendo presos apenas os dirigentes sindicais e políticos. O Governo militar deportou ainda um grupo de dirigentes de esquerda, a maior parte deles candidatos à Assembleia Constituinte.

Sob o clima cruzado por um estado de emergência e a suspensão das garantias individuais até 10 dias antes da data das eleições, com a impressão não oficial censurada e tendo como pano de fundo a crise econômica, o país ingressou na reta final do processo eleitoral.

O processo eleitoral peruano foi caracterizado por etapas muito claras. Uma primeira em que os militares propiciaram um amplo clima de liberdades democráticas. Nesta etapa, as organizações políticas desenvolveram suas respectivas campanhas e fizeram uso do subsídio político que lhes oferecia o Governo ao entregar-lhes espaços nos jornais de circulação nacional, nas estações de rádios e nos canais de televisão. Esta etapa se encerra com as mobilizações de maio, momento em que as amplas margens de ação se fecham e a esquerda, em particular, passa a sofrer as consequências da repressão. A segunda etapa marca a reativação do processo eleitoral com novas regras de jogo. Os espaços de televisão se

reabrem no domingo anterior à data da eleição e o mesmo ocorre com os meios de comunicação de massa.

Diferentemente do primeiro momento agora os programas de televisão são previamente gravados o que diminui as possibilidades de livre expressão dos representantes dos partidos. Este fato se confirmou quando os programas da UDP (Unidade Democrática e Popular), do Focep (Força Operária Camponesa Estudantil e Popular) e do próprio APRA são cortados no momento da sua missão. A direita então encontra um amplo campo de ação, invadindo domicílios de dirigentes políticos e com outras formas de amedrontamento.

O Partido Popular Cristão, liderado pelo advogado direitista Luis Bedoya Reyes, intensificou sua campanha e a Capital se viu inundada de volantes lançados por aviões, cartazes coloridos e anúncios de sua manifestação principal efetuada em uma das principais praças de Lima, na terça-feira, 13 de maio. Esta manifestação, na qual compareceram umas 30 mil pessoas, serviu para que Bedoya descarregasse violentas e grotescas acusações contra a primeira fase do Governo Militar encabeçada pelo general Juan Velasco, lançasse duras acusações contra o governo de Morales Bermudez e atacasse a esquerda.

O APRA, segundo se comenta nos círculos políticos, por influência direta de Victor Raul Haya de la Torre, seu chefe máximo, desenvolveu uma campanha conciliadora com o governo de Morales. Se limitou a assinalar a necessidade de incorporar as reformas à Constituinte, fazendo as correções que lhe pareciam necessárias. Nas oportunidades que teve de referir-se ao regime e sua política o fez com muita cautela. O seu comunicado anunciando que estava revendo sua participação no processo eleitoral não passou de uma bravata. O APRA, partido político mais antigo do Peru, coparticipante do Governo de Belaunde Terry e responsável pelo entreguismo da época, encontrou audiências nas praças, o que se constituiu num fenômeno digno de análise mais cuidadosa. As outras forças de direita praticamente se constituíram em grupos sem expressividade política.

A esquerda foi a mais golpeada na semana final. O FOCEP e a UDP solicitaram permissão para efetuar um conjunto de manifestações, mas lhes foram negadas autorizações. O mesmo ocorreu com a Democracia Cristã e o Partido Socialista Revolucionário. Várias das

figuras mais representativas da esquerda foram deportadas, enquanto se perseguia os que ficaram no país; reduzindo assim a capacidade de ação da esquerda. Se pôs em prática desta maneira o plano do governo de, ao reabrir o jogo eleitoral, favorecer consideravelmente à direita, enquanto torpedeava as organizações de esquerda.

Sem dúvida, os fatos inesperados quebraram a vontade repressiva do Governo na última semana. O presidente do PSR, deportado há três semanas e clandestino, se apresentou no palácio do Governo na mesma hora que Morales Bermudez recebia o chanceler chileno. Leónidas entregou uma carta dirigida a Morales Bermudez em que reivindicava garantias para o processo eleitoral, a liberação dos presos políticos e o retorno dos deportados. No dia seguinte, dois militares do PSR foram presos e torturados para dizerem o paradeiro do presidente de seu partido.

As eleições começaram às primeiras horas da manhã do dia 18. 11 mil mesas de eleitores com aproximadamente 60 mil mesários cuidavam da iniciação do ato.

Ao lado dos mesários, encontrava-se um soldado das forças armadas. Veículos do exército patrulharam a capital ao longo do dia. As ruas, apesar do jogo de futebol entre o Peru e a Polónia pela Copa do Mundo, permaneceram congestionadas até as primeiras horas da tarde. Todos os candidatos, menos Haya de La Torre, que votou em Trujillo, votaram em Lima. Os deportados simplesmente não votaram. Leónidas Rodrigues saiu de sua clandestinidade para votar. Se dirigiu à Junta Nacional das Eleições, onde se apresentou para pedir garantias. Entrou em um ônibus e se dirigiu ao colégio Sophianun. Emitiu seu voto e na saída seis membros da polícia tentaram detê-lo. A força, o presidente do PSR foi introduzido em um veículo. Soube-se posteriormente que teria sido enviado num avião militar para uma base da Força Aérea no departamento de Arequipa a mil quilômetros de Lima e de que dali teria sido deportado para a Argentina. No dia 18, quase cinco milhões de pessoas votaram para eleger entre 1.160 candidatos, os 100 constituintes que tomarão posse no dia 28 de julho.

Aproximadamente às 20 horas do dia 18 a televisão começou a divulgar os primeiros resultados. Haya de La Torre e Bedoya Reyes apareceram nas primeiras posições, enquanto o FOCEP e o PSR apareceram como terceira força. Continuaram as apurações e o FOCEP se transformou na grande surpresa

das eleições. A Democracia Cristã era a surpresa inversa e sua votação foi insignificante. A direita foi a grande vencedora, ficando com 60 por cento dos votos, enquanto a esquerda ficou com 30%. A grande novidade foi a distribuição de votos no interior das esquerdas, onde o FOCEP obteve a maior votação, o PSR ficou em segundo lugar e o Partido Comunista do Peru-Unidad (linha pró-Moscou) ficou em terceiro lugar.

Bedoya ganhou em Lima na base de uma dura propaganda antimilitarista enquanto o FOCEP obteve uma expressiva votação graças à figura de Hugo Blanco, que deve ter sido o seu principal mecanismo para chegar até as massas. Ao falar na televisão, ele se mostrou bastante crítico aos militares e a sua política econômica. Dentro do FOCEP atuam ainda outras personalidades de grande prestígio popular, como Genaro Ledesma Isquita, advogado de sindicatos e de camponeses que também foi deportado, o novelista Manoel Scorza e o dirigente mineiro Hernan Cuentas. Do FOCEP participam diversas organizações trotskistas e o Partido Comunista Peruano-Bandeira Roja (linha pró China). Muitos eleitores assim justificaram o seu voto neste agrupamento político: "voté porque Hugo Blanco é um verdadeiro defensor dos pobres". Entretanto, analisando os resultados, há que se considerar que o voto a favor da UDP, do PCP-Unidad (linha pró Moscou) e do PSR é um voto respaldado em uma maior definição política, pois há um nível de identidade entre as reivindicações destas organizações. O FOCEP capitalizou uma maior votação a partir da imagem combativa e decidida de uma de suas principais figuras, Hugo Blanco pertence ao Partido Socialista dos Trabalhadores.

O grande perdedor das eleições foi a Democracia Cristã, que segundo os resultados eleitorais, perdeu um grande contingente do eleitorado por converter-se no herdeiro de Velasco. As eleições mostram pois que as posições moderadas e tibias em momentos de crise e de miséria popular causam desconfiança e não geram, portanto, a adesão popular.

Se abre agora uma nova etapa que o Governo terá que inaugurar ordenando a volta dos constituintes eleitos que se encontram deportados. Por outro lado, as forças que lograram participar da futura constituinte começam a medir suas forças e a estruturar suas possíveis alianças.

(Manoel Manrique)



Uma manifestação em apoio ao FOCEP.

Realizada num clima de

meia liberdade, as eleições para

a Constituinte não poderia dar

outro resultado: 60% de votos

para os partidos de direita, que

contaram com o favorecimento

do regime militar peruano. Este,

reprimiu os partidos de esquer-

da, utilizando dois pesos e duas

medidas: o que era válido para a

direita não o era para a esquer-

da.

Zebra peruana.

A Força Operária Camponesa Estudantil e Popular - que aglutina trotskistas e maoistas, foi a grande zebra na eleição da Constituinte Peruana, ficando em terceiro lugar. Superou até os votos do PCP Unid, de linha pró Moscou.

O resultado das eleições peruanas veio confirmar algumas análises e trazer - numa primeira aproximação - uma série de surpresas. Confirmou-se, de saída, a vitória previsível dos partidos de direita, numa conjuntura marcada pela repressão ao movimento operário: vários grupos de esquerda foram para as eleições com seus principais líderes na clandestinidade, como o ex-general Rodrigues Figueroa, do PSR (detido depois de votar e banido), enquanto outros foram simplesmente presos e deportados, como Hugo Blanco, o líder camponês internacionalmente conhecido e que, na ocasião, era um dos principais animadores da FOCEP - Frente Operária, Camponesa, Estudantil, Popular. Por outro lado, é bastante provável que a vitória da APRA, do velho cacique Haya de la Torre, tenha sido facilitada por um compromisso entre este partido (que há muito abandonou as posições revolucionárias do período de sua fundação, nos anos 20) e o regime de Bermudez. No entanto, é inegável que o voto na APRA foi também a expressão do repúdio popular a anos seguidos de des-governo militar, pois o partido aprista é tradicionalmente visto como "o grande inimigo das forças armadas peruanas", que jamais permitiram que seu fundador governasse o país para cuja presidência foi tantas vezes eleito.

Esta linha de análise é confirmada pelo inegável sucesso que teve, nestas eleições, a frente de esquerda que mais abertamente se opunha ao regime nascido da "revolução peruana". Os votos obtidos pela FOCEP - muito superiores, em número, aos do Partido Socialista Revolucionário e do PCP-Unidad, pró-Moscou, - mostram a debilidade das ilusões quanto ao grau de apoio popular às "conquistas antimperialistas da revolução". O que se viu foi o repúdio, mesmo num quadro limitado como o destas eleições manipuladas, aos grupos de esquerda que nunca se haviam oposto de modo consequente ao regime militar, em nome da defesa das aquisições de sua "fase progressista", com Velasco Alvarado.

Num segundo nível, é evidente que a vitória da APRA e do Partido Popular Cristão (ainda mais direitista que o primeiro) não deverá trazer qualquer estabilidade à vida política peruana. Isto é demonstrado, de saída, pela realização de duas greves gerais em dois anos, e pelo fato dos setores populares mais

avançados se voltarem para o bloco da esquerda revolucionária, ao expressarem seu desacordo com o regime. Deste modo, é provável que o acréscimo de legitimidade conseguido pelo conjunto das classes dominantes, ao reciclarem o regime militar para uma constituinte dominada pela APRA, (se aliar-se ao PPC), seja de curta duração; as massas ainda deverão intervir na cena política, como o fizeram com as barricadas de 1977 e 1978.

Outra consequência provável destas eleições deverá ser a abertura de um intenso debate político nas fileiras da esquerda peruana, que deverá levar inclusive a cisões partidárias e fusões de grupos politicamente próximos. É inevitável, por exemplo, que autocríticas e lutas internas irrompam entre os militantes do PCP - Unid e do PSR, diante de seu resultado eleitoral, muito aquém de suas expectativas. Por outro lado, frentes de esquerda como a FOCEP e a UDP deverão passar por uma série de recomposições, devido à própria diversidade dos grupos que a integram.

A FOCEP, a grande vencedora destas eleições entre os grupos de esquerda, é um bom exemplo desta diversidade. Em sua constituinte entraram grupos trotskistas, como o Partido Socialista dos Trabalhadores, de Hugo Blanco, e o Partido Operário Marxista Revolucionário (de orientação lambertista), além de grupos menores, como o "Bandeira Vermelha" (maoista), organizações camponesas e de colonos (dos famosos "pueblos jóvenes", denominação eufemística que o governo arranjou para as miseráveis favelas de Lima). No interior da UDP, outra frente de esquerda que correspondeu, no fundamental, à expressão eleitoral dos sindicatos independentes (mineiros, metalúrgicos, etc), também estavam organizações nascidas do maoísmo, como a Vanguarda Revolucionária, e trotskistas, como a Frente de Esquerda Revolucionária (tendência Combate). Se as forças integrantes destas duas frentes reduzirem ao mínimo o inevitável desgaste que suas reorganizações internas provocarão, e souberem conservar suas ligações com o movimento operário mais avançado, as massas peruanas poderão contar com uma alternativa realmente socialista e revolucionária; e oferecer uma resposta, a nível de poder, para as lutas que se colocaram diante delas, em continuação às barricadas e greves gerais que apresaram a crise do regime militar. (C.E.)

Kairós

Kairós Livraria e Editora Ltda.

Ciências Humanas

Literatura

Poesia

Jornais

Revistas

Av. Paulista, 2650
(esquina com av. Angélica),
São Paulo,
fone 258-21.58.
Aberta diariamente
até as 22.30 e
sábados até as
13.30 h.

CIMI: latifúndio avança e expulsa índios e posseiros.



Os índios Kaingang...

O governo está fazendo com os índios o mesmo que faz com os posseiros: deportando-os para a Amazônia Legal. O Conselho Indigenista Missionário - CIMI - e o secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT - acham que com isso "mas uma vez fica demonstrada a intocabilidade do latifúndio" e que os índios deportados "foram engrossar a legião de marginalizados que rondam as grandes propriedades, à procura de terra e trabalho". Abaixo, a íntegra do documento do CIMI e da CPT:

"A Diretoria do Conselho Indigenista Missionário e o Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra vêm a público pronunciar-se sobre os seguintes fatos:

Há pouco mais de vinte dias a opinião pública do país tomou conhecimento pela imprensa da ação dos índios Kaingang e Guarani, da reserva do Rio Grande do Sul expulsando centenas de famílias que nos últimos anos invadiram suas terras.

Neste ano-limite da demarcação das terras indígenas, a ação dos Kaingang e Guarani devolveu à imprensa a gritante situação já denunciada pelo recente episódio do Posto Indígena de Rio das Cobras, no Paraná.

Mais uma vez famílias de posseiros foram despejadas pelas estradas ou recolhidas aos parques de exposição de animais sob a vigilância do Exército e à espera das promessas de soluções. O direito dos índios de defender suas terras é incontestável. No entanto, quando esse direito é posto em prática, centenas de famílias são atiradas ao desabrigo quando se sabe que, mesmo no Rio Grande do Sul, há outras áreas indígenas, existe terra ociosa suficiente para fixar todos os despejados. E mais: o poder público dispõe de instrumento legal - o Estatuto da Terra - que lhe permite a desapropriação para fins de Reforma Agrária, para resolver problemas sociais.

A solução que foi tomada é uma repetição que já se tornou conhecida nos casos de luta pela terra no Brasil: uma espécie de deportação dos posseiros para a Amazônia Legal. Esta solução demonstra mais uma vez a intocabilidade do latifúndio. No caso concreto, os posseiros de Nonoai serão transferidos para a região de Barra do Garças - MT. A escolha não poderia ser mais infeliz; Mato Grosso é um dos estados brasileiros onde a luta pela terra é mais aguda. E Barra do Garças a área mais conflituosa do Estado. Aqueles posseiros viriam apenas engrossar a legião dos marginalizados que rondam os latifúndios matogrossenses à procura de terra e trabalho.

Índios Kadiweu

Dentro dessa mesma realidade alertamos para a situação dos índios Kadiweu em Mato Grosso do Sul. Contrariamente ao que se esperava, a FUNAI renovou, no final do ano passado, os contratos de arrendamento, de 300 mil hectares em favor de aproximadamente 100 arrendatários, entre os quais há senadores e outras figuras destacadas da oligarquia do estado. Perguntamos: não prometeu o general Imarth cumprir o Estatuto do Índio e não renovar os contratos de arrendamento? Não estará o órgão oficial de proteção ao índio, ao renovar os contratos por mais cinco anos, semeando futuras rebeliões indígenas como as de Rio das Cobras e Nonoai? Acreditamos que o simples fato de o DGPI - o grande intruso - auferir uma renda anual de mais de três milhões de cruzeiros não justifica essa medida flagrantemente contrária aos interesses do índio.

Alertamos finalmente para a recente medida tomada pelo presidente da FUNAI, de desativar o Parque Indígena

de Araguaia. Um parque por mais mal administrado que seja, é uma unidade territorial, ecológica e possui meios para garantir a defesa das terras indígenas. Essa medida deixará os grupos Karajá, Javáé e Tapirapé entregues à estrutura dos postos indígenas, sabidamente inoperante. Desta forma se abrem as portas do Parque Indígena de Araguaia à cobiça do latifúndio e abre igualmente o precedente para a extinção de todos os parques indígenas do país. A essa altura restam apenas o Parque do Xingú e o Parque do Aripuanã sofrendo a contínua invasão das grandes empresas. Neste ano-limite estabelecido por lei para a demarcação das terras indígenas, a palavra do próprio índio é que mais alto grita a sua denúncia e disposição de luta.

Kaingang e Guarani

Na recente assembléia, realizada na reserva de São Marcos (MT), os chefes de diversos grupos indígenas de todo o país lançaram seu protesto:

"Pela passagem da XI Assembléia de Chefes, queremos deixar o nosso apoio como povos pela atitude enérgica dos índios Kaingang e Guarani do Rio das Cobras, no Paraná, e pelos índios Kaingang e Guarani de Nonoai, no Rio Grande do Sul. Que nestes últimos dias puseram fora de suas terras intrusos que, por inoperância do órgão do governo, FUNAI, a anos atrás permitiu a invasão dos intrusos através de arrendamentos, e ultimamente por promessas de desocupar a área, que nunca foram cumpridas. A luta dos Kaingang é a nossa luta.

Lastimamos na ocasião a situação que encontramos os colonos expulsos vítimas também da inoperância do órgão do governo: o INCRA."

E conclamam a "todos os índios e não somente os índios, mas a todos aqueles que de sua consciência querem o bem estar do índio, que seja cumprido o que a Funai disse há 5 anos atrás que no prazo de 5 anos fará demarcar todas as áreas indígenas. O não cumprimento desse item cuja promessa consuma-se este ano, será o maior crime contra as sociedades indígenas que a política indigenista oficial pode infligir."

E finalizam: "a FUNAI pode realizar essas demarcações e se não faz, será responsável pelo que suceder: os índios têm que agir violentamente, como nos casos de Rio das Cobras e Nonoai."

Fazemos nosso também o apelo dos colonos despejados que se recusam a se converter em mão-de-obra barata nos grandes latifúndios de Mato Grosso e insistem em permanecer no estado do Rio Grande do Sul, onde sabidamente existem terras ociosas ou nas mãos de organismos oficiais, como o Exército, e são sub-arrendadas a grandes empresas; denunciemos como falsas todas as propostas de solução do problema da terra que, não contando com a participação dos lavradores, vêm apenas aumentar a grande massa de deserdados que percorre o campo brasileiro.

Queremos manifestar publicamente nosso repúdio a essa situação injusta e dolorosa e conclamar todo o povo brasileiro a estender sua solidariedade aos índios e lavradores empenhados na luta por uma vida mais digna e mais humana."

CIMI-CPT-Goiania (GO)

Documento

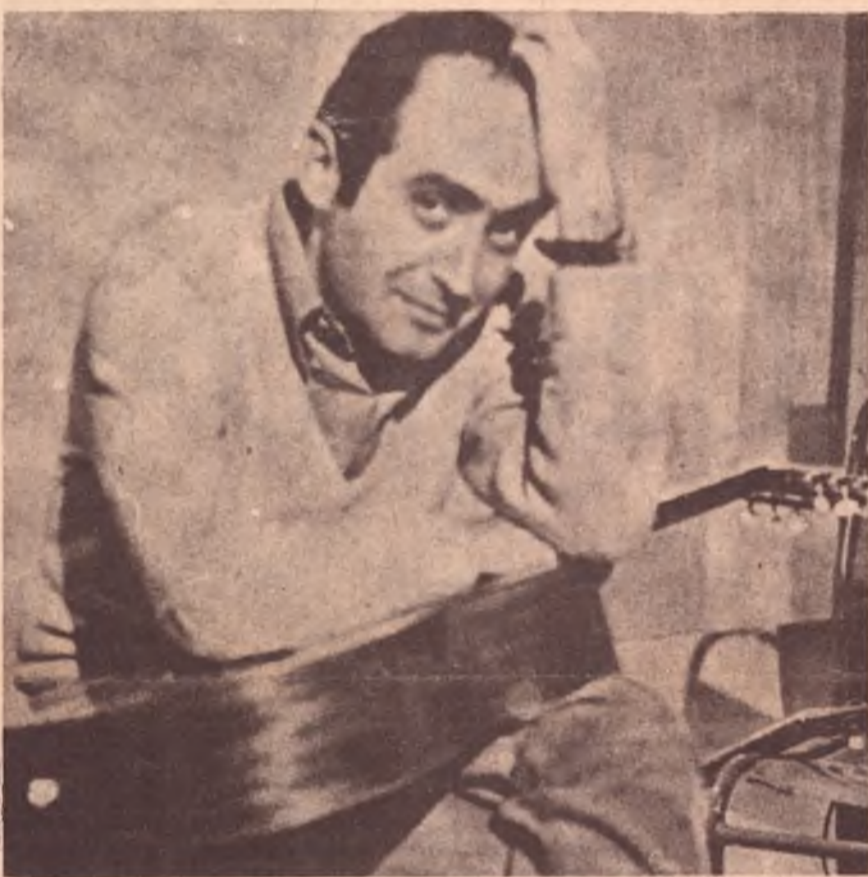
O outro lado do caso Herzog

Quase três anos depois, a família do jornalista Herzog consegue levar o governo ao banco dos réus sob a acusação de assassinato político.

Pela primeira vez nos últimos anos, o governo responderá nos tribunais pela acusação de assassinato político. Nesta segunda-feira, o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo dará a sentença no processo que a mulher e os filhos do jornalista Wladimir Herzog - morto nas dependências do II Exército em outubro de 1975 - movem contra a União, com objetivo de responsabilizá-la e obter indenização pelos danos materiais e morais causados. Os advogados da família, entre eles Heleno Cláudio Fragoso, enviaram recentemente ao juiz um relato dos episódios, no qual concluem taxativamente:

"Herzog foi preso de modo arbitrário e ilegal, sofreu as torturas mais brutais e faleceu em decorrência dos maus tratos a ele infligidos", dizem, ao arrolar, as provas que refutam a versão oficial de que o jornalista suicidou-se com cinto de seu macacão de presidiário.

Eis a denúncia:



Herzog.

No dia 25 de outubro de 1975, cerca das oito horas da manhã, o jornalista Wladimir Herzog dirigiu-se livremente à sede do Departamento de Operações Internas, DOI, cumprindo determinação, que, na noite anterior, fizeram dois agentes que o procuraram em seu local de trabalho.

Foi imediatamente detido, embora nenhuma ordem escrita de autoridade competente houvesse, sendo a prisão inteiramente ilegal. Ao fim da tarde desse mesmo dia, o Comando do II Exército fez distribuir nota em que comunicava que Wladimir Herzog praticara suicídio.

Em verdade, Wladimir faleceu em virtude dos maus tratos a que foi submetido na inquirição que lhe foi imposta, segundo a técnica de violência que se tornou rotina na investigação nos chamados órgãos de segurança.

Os advogados criminais censuraram de ouvir, neste país, as mais terríveis narrações de violências e maus tratos impostos a presos políticos. Isto se fez através de um sistema repressivo impiedoso, que se aperfeiçoou aos poucos e que agiu livremente, após a edição do Ato Institucional nº 5, que suspendeu o habeas corpus, o governo permitia a prisão ilegal, impedindo o contraste judicial da legitimidade do constrangimento.

A tortura foi transformada em método de investigação generalizado, principalmente através dos diversos órgãos que operavam no Rio de Janeiro e em São Paulo, como técnica de combate na chamada "guerra subversiva" ou "revolucionária". A doutrina segundo a qual a tortura é instrumento de ação neste tipo de "guerra" foi elaborada por militares franceses, ao tempo da Guerra da Argélia, e está exposta, com clareza, nos livros escritos pelos generais André Beaufre e Gabriel Bonnet e pelo coronéis Trinquier e Chateau-Jobert, traduzidos para o espanhol e publicados em Buenos Aires.

A tortura e a morte do jornalista Wladimir Herzog se inserem neste quadro terrível da triste realidade constituída, pelo sistema de repressão ligado à defesa da segurança nacional. Já não paira no espírito dos brasileiros dúvida quanto ao emprego sistemático da tortura como método de obtenção de confissões de crimes políticos. Todos os depoimentos, prestados por testemunhas, que sem sofrer nenhuma forma de coação ou de constrangimento, geram a sólida convicção de que, como elas, Wladimir Herzog foi bárbara e selvagemmente torturado, enquanto

esteve detido pelas autoridades do II Exército. Do emprego sistemático da tortura, nas dependências do DOI/CODI, dão conta os depoimentos a cuja análise se passa.

Os pés em carne viva

George Benigno Jatayh Duque Estrada narra em seu depoimento haver encontrado nas dependências do DOI o prisioneiro Jaime Estrela, vulgo Cebola, com visíveis sinais de tortura, fato confirmado pela testemunha Anthony Jorge Andrade de Christo, que afirma: "no dia seguinte à sua chegada vii um dos presos com as solas dos pés em carne viva; que não sabe o nome do preso, mas seu sobrenome é Estrela, por alcu-nha Cebola".

E ainda Anthony de Christo que dá testemunho das torturas a que eram submetidos os presos recolhidos ao DOI/CODI: "que entre os dias 19 e 25 por duas noites ouviu gritos de tortura, tendo conseguido identificar posteriormente as pessoas torturadas sendo uma delas um correspondente do Estado de São Paulo no Vale do Paraíba; que não tem certeza mas lhe parece que seu nome era Luiz Paulo, ou Paulo Luiz; que perdeu um dente da frente e depois de torturado não tinha mais condições de se levantar; que, na segunda-feira, após uma sessão de tortura, praticamente desmaiou, voltando a recuperar-se provavelmente três horas mais tarde".

Também a testemunha Paulo Sérgio Markun teve a ocasião de informar que, tanto ele quanto sua mulher, foram torturados, mediante choques elétricos, enquanto detidos no DOI/CODI. Vale transcrever a parte mais expressiva do depoimento dessa testemunha, que documenta a barbárie dos métodos de investigação, empregados pelo II Exército:

"que a testemunha conheceu a cadeira do dragão, consistente numa cadeira rústica, com várias tiras de pano envolvendo os braços da cadeira; que o fundo dessa cadeira era de metal; que conheceu uma máquina de madeira com uma manivela que produzia choques elétricos e presume que era a máquina denominada "pimentinha"; esteve detido juntamente com o jornalista Anthony de Christo, Miguel Urbano Rodrigues, um ex-estivador, Antonio Bernardino dos Santos e outras pessoas; pôde verificar que entre os detidos tinha um de nariz esfolado e ou-

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

Forçado a beber creolina

De conteúdo idêntico é o impressionante depoimento prestado por Sérgio Gomes da Silva, que recebeu choques elétricos e espancamentos, tendo sido forçado, em requinte de crueldade de seus carcereiros, a ingerir creolina.

Por igual, em depoimento colhido através de carta precatória, a testemunha Gildásio Westin Cosenza também narra: "que esteve detido no período de 19 de setembro de 1975, até a segunda quinzena de outubro de 1975, no DOI CODI, que nesse período esteve totalmente incomunicável; que sofreu torturas físicas e psicológicas; que recebeu choques elétricos em várias partes do corpo, afogamentos e esteve inclusive no pau de arara; que como torturas mentais sofria constantes ameaças de que seria assassinado, ouvia constantemente gritos de outras pessoas sendo torturadas e era colocado na "geladeira", onde alternavam escuridão absoluta com luzes intensas em ambiente refrigerado e com ruídos de sirenes bastante agudos e barulhos semelhantes ao de um avião decolando".

Se invariavelmente, as pessoas recolhidas ao DOI/CODI sofreram as violências mais ignominiosas, como abundantemente provado através dos depoimentos agora referidos e cuja leitura integral se impõe, não seria temerário supor que também Wladimir Herzog, submetido ao mesmo regime de encarceramento, foi barbaramente torturado.

Entretanto, mais que simples suposições, os depoimentos reunidos nestes autos infundem a absoluta certeza de que Wladimir foi torturado.

Rodolfo Osvaldo Konder, companheiro de prisão de Wladimir, nas dependências do DOI/CODI, afirmou: "Wladimir disse que não sabia de nada e nós dois fomos retirados da sala e levados de volta ao banco de madeira onde antes nos encontrávamos, na sala contígua. De lá, podíamos ouvir nitidamente os gritos, primeiro do interrogador e depois de Wladimir, e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a "pimentinha" e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio, e os gritos de Wladimir, se confundiam com o som do rádio. Lembro-me bem que durante esta fase o rádio dava a notícia de que Franco havia recebido a extrema-unção e o fato me ficou gravado, pois naquele mesmo momento Wladimir estava sendo torturado e gritava. A partir de um determinado momento, o som da voz de Wladimir se modificou um pouco, como se tivesse introduzido alguma coisa em sua boca; sua voz ficou abafada, como se tivessem posto uma mordaca. Mais tarde, os ruídos cessaram".

Mas Rodolfo Konder não foi a única pessoa a testemunhar as torturas infligidas a Wladimir Herzog. Também George Duque Estrada afirma tê-lo visto no denominado "trono do dragão", cadeira invariavelmente descrita pelas testemunhas como instrumento de torturas atrozes. E acrescentou: "que ele e Rodolfo Konder foram retirados da sala e colocados em duas cadeiras em frente à porta que dá acesso à sala do primeiro andar; que no lugar onde se achava, ele podia ouvir os gritos que atribui aos investigadores e ao próprio Wladimir Herzog."

Afinal, o macacão tinha cinto?

Diante de tantos e tão impressionantes depoimentos, que dão conta do uso sistemático e reiterado da tortura, como método de investigação empregado no DOI/CODI, e à vista da afirmação de testemunhas que presenciaram as violências impostas a Wladimir Herzog, forçoso é ter como sobejamente provada a afirmação de que ele foi vítima dos mais terríveis sofrimentos, físicos e mentais, enquanto esteve encarcerado naquela dependência do II Exército, onde veio a sucumbir.

A versão oficial, fantástica, inverossímil e pueril, de que Wladimir Herzog suicidou-se no cárcere, enforcando-se com o cinto do macacão que usava, foi rigorosamente pulverizada pelos depoimentos reunidos neste processo.

É costume, secularmente estabelecido em dependências policiais, privarem-se os detentos de quaisquer instrumentos com que possam atentar contra a própria vida, ou a de terceiros.

Unanimemente, as testemunhas confirmaram que, também nas dependências do DOI/CODI do II Exército, essa praxe é rigorosamente observada. Ali, como em quaisquer outras repartições policiais, os presos não dispõem de quaisquer objetos com os quais possam ferir, ou ferir-se. Por exemplo, o depoimento de Gildásio Westin Cosenza: "que no DOI/CODI de São Paulo usava macacão verde oliva do qual haviam

sido arrancados os bolsos, os cintos e as passadeiras, que usava sapato sem cadarço, que nunca viu nenhuma das pessoas detidas usando cintos, fios de sapatos ou mesmo meias". (Há ainda seis depoimentos semelhantes no documento que confirmam este fato. N.R.)

Fica, portanto, completamente desmentida a versão do II Exército, segundo a qual Wladimir Herzog se enforcou na prisão, utilizando o cinto do macacão que vestia. Como seria imaginável e como provado nos depoimentos, o macacão que foi dado a Wladimir, a exemplo da indumentária dos outros detidos, era desprovido de cinto.

Carece de qualquer valor o laudo de exame necroscópico, segundo o qual Wladimir Herzog teria se suicidado, através de enforcamento. A testemunha Harry Shibata, que é um de seus signatários deixou cabalmente demonstrado em seu depoimento que o laudo encobre uma farsa, vez que aquele médico sequer examinou o cadáver de Wladimir Herzog. Com efeito, depondo, aquela testemunha afirmou de modo claro e inequívoco: "que por ocasião do exame necroscópico o depoente não se encontrava em São Paulo". E mais: "que o depoente afirma que em nenhum local viu o corpo de Wladimir Herzog".

"Apagaram mais um"

O exame destes autos gera a inabalável conclusão de que Wladimir Herzog não se suicidou. A versão oficial, segundo a qual ele ceifara a sua própria vida, é inverossímil e mal encobre a farsa que se montou no DOI/CODI do II Exército, para ocultar o brutal assassinato do jornalista.

Não fossem suficientes os elementos de convicção, todos eles a desmentir a pilhéria amarga da versão oficial, segundo a qual o prisioneiro se enforcou com um cinto de macacão que vestia, mister seria atentar nos depoimentos de testemunhas que ouviram de militares que serviam no DOI/CODI a afirmação de que Wladimir morrera em consequência dos maus tratos que lhe foram impostos.

No seu depoimento, asseverou a testemunha Gildásio Westin Cosenza: "que quando estava sendo transferido da Delegacia de Cambuci novamente para o DOI/CODI, conversou com uma pessoa que se dizia coronel, o qual lhe disse que no DOI/CODI não se torturava ninguém para matar, mas sim para obter informações; que o depoente então lhe perguntou por Wladimir e o Coronel respondeu que se tratou de um acidente".

Por igual, a testemunha Sérgio Gomes da Silva teve ocasião de narrar o seguinte: "que conversando com David Rumell, ouviu dele que um dos interrogadores lhe havia dito que tinha apagado uma pessoa; que essa referência, segundo veio acabar depois, referia-se a Wladimir Herzog".

Por conseguinte, já não se pode duvidar de que é rigorosamente mentirosa a versão oficial: Wladimir Herzog não se suicidou. Morreu, em decorrência das torturas a que foi submetido e que não pôde suportar.

Cumprir notar, que o carcereiro é, em princípio o responsável pela incolumidade e pela segurança do preso que mantém sob custódia. Essa responsabilidade repousa na regra inserida no artigo 153 da Constituição Federal: "Impõe-se a todas as autoridades respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário".

A prisão é instituição total, ou seja, instituição que controla e domina toda a atividade do interno. Este está submetido à guarda, à vigilância e ao cuidado do carcereiro, que responde, em qualquer caso, pelo dano que defluiu da transgressão de seus deveres, segundo o princípio elementar do direito das obrigações.

Invoca-se, aqui, essa responsabilidade do carcereiro (que levaria, em qualquer caso, a procedência da ação), para dar ênfase e destaque à responsabilidade que surge quando o dano à integridade corporal e à vida é consequência do abuso de agentes da autoridade corporal que violam o dever que decorre da Constituição.

Sobejamente demonstrada a prisão arbitrária de que foi vítima Wladimir Herzog; provadas, de modo cabal, as torturas a que o submetem, desmentida a versão oficial de que ele se suicidou no cárcere, torna-se inequívoca a responsabilidade da União Federal e a consequente obrigação de indenizar os autores pelos danos morais que esses fatos lhe causaram.

São Paulo, 16 de junho de 1978

Heleno Cláudio Fragoso
Heleno Cláudio Fragoso
Sérgio Berrudes
Mário Antônio Rodrigues Barbosa
Samuel Mac Dowell de Figueiredo

Na matéria "Lobo ataca Figueiredo", do nº16 de EM TEMPO, onde se lê, logo após o intertítulo "Lott era muito burro": "Eu estava conspirando com o pessoal de São Paulo, pois eu era um adversário da revolução de 32", leia-se: "Eu estava conspirando com o pessoal de São Paulo, pois eu era um adversário da revolução de 30", como fica evidente pelo próprio telegrama enviado pelo entrevistado ao presidente do MDB, Ulisses Guimarães.



Os operários aprendem com a greve, os empresários também. A presença da polícia combinada com artimanhas e difusão de boatos marcou a paralisação na fábrica que produz o conhecido Bombril, em São Bernardo.



1001 UTILIDADES DO CAMBURÃO

Corrupção à baiana

Professores de Salvador denunciam uma das mais escandalosas séries de contratações no serviço público: 8.458 empregos, sob a responsabilidade do ex-secretário de educação Carlos Santana, em benefício de sua campanha eleitoral.

Ligado ao grupo do Governador Roberto Santos, o deputado estadual Carlos Santana, que recentemente afastou-se do cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia para candidatar-se à Câmara Federal, propiciou uma das mais escandalosas séries de contratações durante o período em que ocupou o posto — menos de 4 anos —, concedendo nada mais, nada menos do que 8.458 empregos, em benefício de sua campanha eleitoral.

A corrupção, violência e perseguição, que caracterizaram a administração de Carlos Santana, à frente da Secretaria de Educação, fez com que um grupo de professores elaborassem um documento, que deverá ser divulgado dentro da categoria profissional, denunciando todos os desmandos do ex-secretário, que antes de abandonar o cargo, chegou inclusive a adulterar a numeração dos contratos, "com a nitida intenção de esconder as regras do jogo, omitindo o número real das pessoas beneficiadas".

Mas, como mentira tem perna curta, uma breve consulta ao Diário Oficial do Estado da Bahia, comprova que o ex-secretário, só no período de 7 de abril a 3 de dezembro de 1976, nomeou 938 pessoas. No ano seguinte, de 7 de janeiro até 18 de junho, como por um passe de mágica, a numeração voltou à estaca zero e mais 130 pessoas foram contratadas. Ainda em 1977, os nomes de 1972 pessoas foram publicadas no Diário Oficial. Já em 1978, a numeração recomeça mais uma vez e no período de 4 de janeiro ao mês de maio, foram contratadas 4.612 pessoas.

Fazendo as contas, o número total de contratações é de 8.458, e isso sem falar em mais dois mil pedidos de contratações que estão tramitando pela Secretaria de Educação para serem assinados por Roberto Santos.

A enxurrada de contratações, ao contrário de preencher uma lacuna no precário ensino da Bahia, só veio favorecer aos apadrinhados de correligionários políticos de Carlos Santana, que serão permutados por votos nas próximas eleições.

Como exemplo desse paternalismo, o documento dos professores denuncia que "procurou-se buscar pessoas do ciclo de amizades pessoal do ex-secretário, como o Sr. Antonio Timóteo dos Anjos, que foi nomeado para Assessor Chefe de Programação e Orçamento, recrutado da Secretaria da Saúde, assim como sua esposa, Eudélice dos Anjos".

Amigos e parentes de Carlos Santana foram distribuídos por todas as unidades da Secretaria: sua prima, Lúcia Santana, foi agraciada com o posto de Assessor 6 C; o noivo de sua filha, José Avena foi outro beneficiado e até a esposa do ex-secretário, Euridice Santana, que já acumulava os cargos de professora do ensino médio e médica do Estado, foi nomeada Vice-Diretora da Ceteba e Coordenadora de Saúde na Rede Escolar.

Manifestação do arbítrio

Para viabilizar essa política protecionista e garantir medidas arbitrárias, "montou uma central denominada de "Sanguinho", junto ao Gabinete do ex-secretário, sob a coordenação do professor Santarini, que além de acumular dois cargos, foi contemplado com o cargo de vice-reitor do Colégio D. João Pedro".

OTTO FILGUEIRAS

No "Saguinho", foram feitas "coisas que o cão duvida", prossegue o documento, provando que centenas de pessoas foram atingidas pela prepotência de Carlos Santana, sendo despedidas ou sumariamente afastadas de seus cargos sem nenhuma explicação.

Uma das demissões que causou espanto da classe foi o de Olga Meneses, destituída da direção do Colégio Estadual do município de Senhor do Bonfim e apesar "de toda sua vida ter-se dedicado aos interesses da educação", conforme diz o documento, foi preterida de se estabelecer no cargo, onde faltava poucos meses para atingir o tempo necessário. E por último, Olga Meneses foi transferida do Departamento de Educação de Ensino do Segundo Grau para o Instituto Central Isais Alves, a sua revelia, pois no período se encontrava de férias, além de outras arbitrariedades que sofreu.

Outro caso que traumatizou os professores foi a demissão de José Edeluizo Soares, hoje Adido Cultural da Embaixada Brasileira em Dakar, que foi destituído do cargo só porque fez algumas críticas a Carlos Santana.

O documento de denúncia dos professores, mostra ainda, que "hoje, os que na sua maioria substituíram aos que foram dispensados, apenas gozam do privilégio de ser amigo pessoal ou cabo eleitoral de Carlos Santana e que inclusive estão sendo gratificados com as verbas do Projeto Haprol. Um coordenador independente de receber entre 12 a 15 mil cruzeiros, percebe ainda vencimentos do Cargo em Comissão e do cargo de Magistério, sem fazer opção de vencimentos como manda a lei, se constituindo assim em uma acumulação indebita".

Por outro lado, o documento aponta que foi relegado a segundo plano a aplicação do Estatuto do Magistério, só porque oferece algumas vantagens ao professorado, como por exemplo, remuneração condizente com a qualificação profissional, abertura de concurso público para efetivação e tantas outras, que diante do seu não cumprimento, deu origem a grande evasão de docentes na sua maioria contratados, por não suportarem o salário de fome de Cr\$ 14,00 hora aula para o 1º grau e Cr\$ 19,00 por hora aula de 2º grau.

Apesar das numerosas contratações, um grande número de estabelecimentos de ensino da Capital e do Interior, não estão funcionando regularmente, por falta de professores e de condições materiais mais elementares. Algumas escolas, estão completamente abandonadas, sem carteiras, material didático, vidros quebrados, portas, janelas e telhados danificados, a exemplo do que ocorre no Colégio Luiz Viana Filho, no Bairro de Brotas, onde os alunos assistem as aulas sentados no chão.

Finalmente o documento dos professores pergunta o que foi feito com as verbas do Fundo de Educação e de outros Projetos destinados à ampliação da Rede Escolar. Na certa, foi aplicado na mordomia de Carlos Santana, segundo o próprio documento responde, "independente das benesses que auferiu do poder, basta dizer que até as contas de telefone da residência do sr. ex-secretário foram pagas com verbas da Secretaria e quem tiver dúvidas, é só verificar nos processos que se encontram na Secretaria da Fazenda, com as Ordens de Pagamentos e os recibos emitidos pela Telebahia".

Bom-Bril. Letras enormes no paredão roxo identificam a fábrica, no Km 14 da Via Anchieta, São Bernardo do Campo. Dos 1800 empregados, metade são mulheres. A idade média é 17 anos e o salário também é baixo, Cr\$ 1.600 para as operárias sem especialização. Uma inspetora de qualidade ganha Cr\$ 3.056. Ali houve greve por aumento há dias e os patrões botaram um camburão dentro da seção de lâ-de- aço, a mais importante, para intimidar os trabalhadores.

A greve acabou depois da "visita" do carro da polícia, mas o aumento veio. Antecipação de 7,5% a partir de 1º de junho, mais 5% de aumento a partir de primeiro de agosto. Bem menos que os 20% reivindicados. A outra conquista, porém, alegrou bastante: diminuição de 4 horas na jornada dos sábados, velha reivindicação dos operários da Bom-Bril.

Faltava a lâ-de-aço

A greve começou numa segunda-feira, véspera do pagamento. Química, Plásticos, Detergente, Embalagem. Uma a uma as seções foram parando. O pessoal da manhã procurava informar o da tarde para dar continuidade à greve. Foi aí que começou a atuação calculada dos patrões. Em vez de apelar para a repressão pura e simples apenas, preferiram criar confusão entre os operários. Deixaram avisos nos —urais informando que o pessoal da manhã já havia retornado ao trabalho. Nos pátios, guardas com cassetetes mal disfarçados sob as japonsas rondavam sem parar.

A mentira dos patrões não colou e a greve prosseguiu. Só estava faltando uma seção. Justamente a mais importante — a de lâ-de-aço, onde é feito o Bom-Bril, produto principal da empresa. Na segunda-feira não deu, mas terça-feira de manhãzinha a greve por aumento e redução da jornada já chegava à lâ-de-aço.

Ai os patrões sentiram a barra e passaram a usar também a repressão violenta. "No começo — conta uma operária — queriam pegar nomes. Ninguém deu. Dai disseram que não dariam almoço aos grevistas. Também não foi suficiente. Nem os encarregados queriam colaborar com o patrão. Não estavam nem contra nem a favor do movimento e o próprio chefe-geral teve que ir de máquina em máquina, ligando uma por uma. Mesmo assim, nenhum operário pegou no serviço. Nem mesmo os puxa-sacos, pois a gente já tinha combinado que se alguém ligasse sua máquina ia ter pau".

Camburão na seção

Ameaçados de demissão, pressionados pelos chefes, os operários da lâ-de-aço mantinham-se firmes. Os patrões estavam muito nervosos e os trabalhadores "nesse momento, falaram que a polícia vinha vindo e a fábrica seria evacuada e fechada". Conta um operador de máquinas: "Não demorei muito e um camburão preto e branco do 26º Distrito entrou na seção com farol aceso e pisca-pisca vermelho ligado. Parou bem no meio e os policiais desceram. Passavam de máquina em máquina dizendo que quem não quisesse trabalhar podia ir

pra casa. Teve menina que chorou. A turma com menos de 3 meses de experiência voltou primeiro ao trabalho, com medo de ser mandada embora sem direito. Antes do meio-dia, a lâ-de-aço voltou a funcionar e com ela, o resto das seções".

Os patrões como era de se esperar, negaram qualquer responsabilidade maior no caso. "Foi um guarda da portaria que viu um camburão passando na Anchieta e chamou", diz João Manoel Pinto Neto, gerente de Recursos Humanos da "Bom-Bril". "Deixamos a viatura entrar na fábrica porque estávamos preocupados em garantir a integridade física dos que queriam trabalhar. Sabíamos que os grevistas estavam ameaçando quem fusesse a greve", acrescenta João Manoel.

Um presidente espetacular

Pouco depois de chamar a polícia a Bom-Bril chamou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Abrasivos. "Fizemos questão que eles viessem aqui. O presidente procurou falar com o pessoal, foi um cara espetacular. Procurou conciliar de todas as formas", conta o gerente de Recursos Humanos. Com a chegada do presidente do Sindicato, os patrões dispensaram o camburão. Seguros de que a seção de lâ-de-aço já estava sob controle, os patrões começaram a percorrer outras seções ainda em greve. Na Química o pessoal resistia mais, não acreditava que a turma da lâ-de-aço tivesse voltado ao trabalho.

"Foi então que alguns chefes convidaram a gente para espiar a turma da lâ-de-aço. Disseram que ele havia furado a greve e ninguém queria acreditar. Fomos lá e todo mundo estava mesmo trabalhando. Voltamos desacomodado e também pegamos no serviço. Só depois soubemos da pressão violenta que nossos companheiros sofreram", lembra um operário da Química. "O negócio deles (dos patrões) — continua — era quebrar o ânimo da seção mais importante, o que repercutiria em toda a fábrica. Para isso foi chamado o camburão. Não acredito

que a polícia "ia passando" e mandaram entrar. Mais difícil ainda aceitar que quisessem proteger os operários. Queriam, na verdade, proteger os fura-greves, o que implicava em reprimir a grande maioria dos trabalhadores da seção, pois quase não teve quem discordasse da paralisação".

"Sensibilidade administrativa"

Terminada a greve os donos da fábrica dependuraram um grande cartaz junto aos relógios-ponto, anunciando a diminuição da jornada aos sábados. "sem prejuízo dos salários". Outro cartaz anunciava que seriam distribuídos televisores nas seções para os funcionários assistirem, "à cores", os jogos da Copa do Mundo.

Entre os operários persiste, porém, a insatisfação. Além do aumento conseguido ser muito pequeno, existem outros problemas. "Pra ir no banheiro, a gente precisa pedir uma plaquinha. Só vai uma de cada vez. De manhã, dá pra demorar no máximo 10 minutos, de tarde, 5 minutos. E ninguém pode ir mais de uma vez por turno. Já imaginou se a gente está com dor de barriga?" diz uma operária da seção de embalagem. O tempo de almoço também é pequeno: "só meia-hora, nem dá tempo de comer direito", acrescenta. Há ainda outras reivindicações: faltam um ponto de ônibus diante da fábrica (o mais próximo fica há um quilômetro) com cobertura e uma passarela sobre a via Anchieta. Hoje os operários são obrigados a saltar a cerca colocada pela Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA), para evitar a longa caminhada até a passarela mais próxima.

As denúncias multiplicam-se, a autoconfiança criada pela greve é visível.

Do outro lado, porém, também houve aprendizado: "Agora a gente já tem sensibilidade administrativa para sentir o clima. Se a barra estiver pesada no fim do ano, não descontamos a antecipação. Batamos um baita cartaz aí dizendo que a antecipação virou aumento", explica o gerente de recursos Humanos da Bom-Bril.

Carlos Moreira

Respirando pó-de-aço

Na seção de lâ-de-aço, todos trabalham com a roupa do corpo. A empresa diz que não dá macacão porque "a maioria aqui é mulher e não ia gostar da cor". Carreiris gigantescos de fios de aço desenrolam-se à toda e somem nas máquinas que fazem as esponjas. Há pó-de-aço no ar, pois os aspiradores não vencem. "No fim do dia, a gente sente uma cocção na garganta", diz um operário. Ninguém usa máscaras com filtro, que evitariam a inalação de partículas. Já prontas, as esponjas correm sobre correias de velocidade: fixa imposta pela empresa. Rapidíssimas, operárias sentadas vão apanhando maços de 8 e colocando-os em pe. A média individual é brutal: 42 pacotes por minuto, ou 336 esponjas. Fazem tudo isso com as mãos nuas e suas unhas são grossas e riscadas fundo, parecem cascos. O encarregado explica que esse serviço não dá pra ser feito sem luvas mas as operárias explicam que se a luva for de borracha, do tipo usado pelas cozinheiras, dá certo. No final de cada dia, um número astronômico: 2.500.000 unidades do produto de "mil-e-uma utilidades".

EM TEMPO!